

Ofício nº 517/2023-SETC

Aracaju, 30 de outubro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor

FLÁVIO CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA NETO

Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE

Avenida Conselheiro João Evangelista Maciel Porto, S/N - Capucho

Aracaju/SE - CEP: 49.081-020

Assunto: Relatório de Controle Interno - RCI - 3º Trimestre de 2023.

Senhor Presidente,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, nos termos das disposições das Resoluções nº. 206/2001, atualizada pela Resolução nº 226/2004, e nº 306/2017, encaminhamos a Vossa Excelência, em anexo, o inteiro teor do Relatório Original de Controle Interno - 3º Trimestre de 2023, desta Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC.

2. Por fim, em caso de dúvidas, nos colocamos à disposição para prestar-lhe os esclarecimentos que se fizerem necessários, ao tempo que renovamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



ASSINADO ELETRONICAMENTE
Verificar autenticidade conforme mensagem
apresentada no rodapé do documento

SILVANA MARIA LISBOA LIMA
Secretário(a) de Estado

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: WESB-9UPT-V47T-KMUL



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/10/2023 é(são) :

- SILVANA MARIA LISBOA LIMA - 30/10/2023 10:42:13 (Docflow)



GOVERNO DE SERGIPE

**SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E
CONTROLE - SETC**

Relatório de Atividades do Controle Interno Estadual

3º Trimestre 2023

Aracaju/SE

Outubro/2023

EXPEDIENTE

Fábio Mitidieri
Governador do Estado de Sergipe

Silvana Maria Lisboa Lima
Secretária de Estado da Transparência e Controle

Sheila Feitosa Macedo
Superintendente Executiva

José Ney Marinho
Núcleo de Acompanhamento da Regularidade Fiscal do Estado de Sergipe

Rafael Santos Pereira
Núcleo de Fiscalização e Auditoria

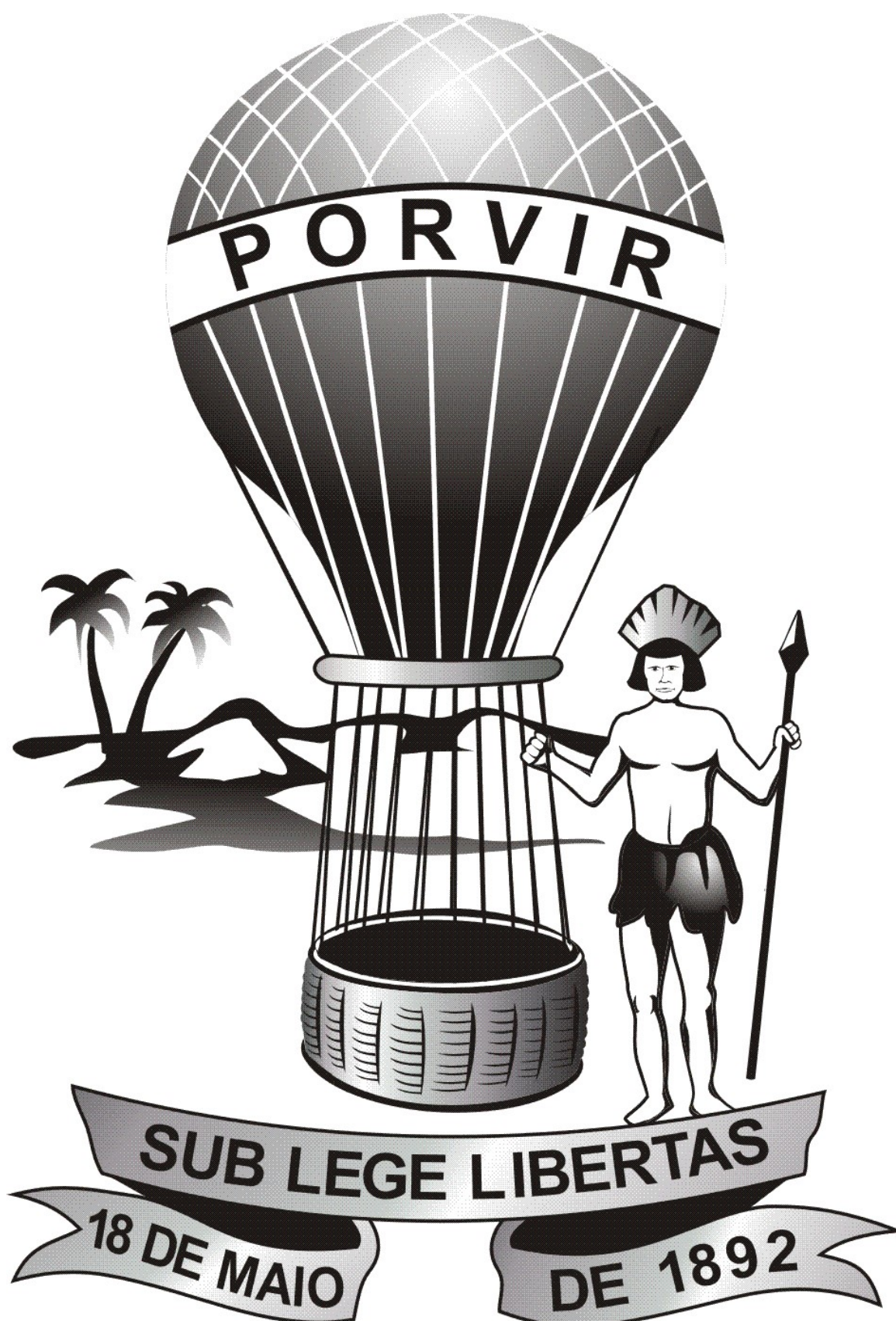
Fernando Gomes de Miranda
Núcleo de Transparência e Modernização

Hélio Sabino José Ribeiro Chaves
Diretoria Administrativa e Financeira

Carlos Eduardo de Mello Lima
Assessoria Técnica

SUMÁRIO

- 1. SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE**
 - 1.1 A INSTITUIÇÃO**
 - 1.2 COMPETÊNCIAS LEGAIS**
 - 1.3 CONTROLE INTERNO DA GESTÃO PÚBLICA**
 - 1.4 IDENTIDADE INSTITUCIONAL**
- 2. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS**
 - 2.1 AÇÕES DE ORIENTAÇÃO À GESTÃO ESTADUAL**
 - 2.1.1 Orientações Técnicas
 - 2.2 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ESTADUAL**
 - 2.2.1 Monitoramento das Contas do Governo
 - 2.2.1.1 Do Orçamento
 - 2.2.1.2 Das Alterações Orçamentárias
 - 2.2.1.3 Da Execução Orçamentária e Financeira
 - 2.2.1.4 Análise da Execução Orçamentária e Financeira
 - 2.2.2 Regularidade Fiscal do Estado
 - 2.3 AÇÕES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL**
 - 2.3.1 Auditorias de Contas Anuais
 - 2.4 TRANSPARÊNCIA ESTADUAL E ACESSO À INFORMAÇÃO**
 - 2.4.1 Transparência Ativa
 - 2.4.2 Transparência Passiva
 - 2.4.3 Monitoramento dos Portais da Transparência
 - 2.5 OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE**
 - 2.5.1 Apresentação
 - 2.5.2 Atividades Desempenhadas
 - 2.6 POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO PODER EXECUTIVO**
 - 2.7 AVALIAÇÃO DO “PROGRAMA DE INTEGRIDADE”**
- 3. GESTÃO DA SETC**
 - 3.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
 - 3.2 PESSOAL E ENCARGOS**
 - 3.3 OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO/INVESTIMENTOS**
 - 3.4 TRANSPARÊNCIA E MODERNIZAÇÃO**
 - 3.4.1 Área de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas
 - 3.4.2 Área de Suporte e Infraestrutura
 - 3.5 OUVIDORIA SETORIAL**



1. SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

1.1 A INSTITUIÇÃO

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, inscrita no CNPJ nº. 34.841.127/0001-55, é o órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, com sede na Rua Vila Cristina, nº. 1.051, no Bairro 13 de Julho, na cidade de Aracaju/SE.

Faz-se mister registrar, preliminarmente, que a Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC teve sua origem na Controladoria-Geral do Estado, instituída nos termos das Leis Estaduais nº. 3.591/1995 e 3.630/1995, que por sua vez surgiu da Auditoria-Geral do Estado, criada pelo Decreto Estadual nº. 5.819, de 28 de julho de 1983, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

A partir da Constituição Estadual de 1989, a Auditoria-Geral do Estado foi transformada em Controladoria-Geral do Estado de Sergipe - CGE/SE, por meio das Leis Estaduais nº. 3.591/1995 e nº. 3.630/1995, que por sua vez tornou-se a Secretaria de Estado da Transparência e Controle por meio da Lei Estadual nº. 8.496/2018, alterada pela Lei Estadual nº 9.156/2023, enquanto órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Estadual.

1.2 COMPETÊNCIAS LEGAIS DA SETC

De acordo com as disposições do art. 67 da Constituição Estadual, compete à Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, órgão central do sistema de controle interno, o exercício pleno da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade e aos demais princípios que regem a administração pública, bem como a aplicação de subvenções e renúncia de receitas, visando à proteção do patrimônio público do Estado de Sergipe.

Além disso, nos termos do Art. 14 da Lei nº. 9.156, de 08 de janeiro de 2023, compete à SETC:

- ✓ a orientação, o acompanhamento e a proteção da gestão estadual;
- ✓ o exercício pleno da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e demais princípios que regem a administração pública, e da

- aplicação de subvenções e renúncia de receitas, visando à salvaguarda do erário e do patrimônio público do Estado;
- ✓ a verificação da exatidão e regularidade das contas dos órgãos e entidades do Poder Executivo e a adequada execução do orçamento;
 - ✓ o incremento da transparência da gestão pública estadual; a supervisão e o controle da regularidade da Administração Pública Estadual junto ao cadastro único de convênios da União Federal;
 - ✓ a gestão da Política e dos programas de Integridade e Conformidade públicas;
 - ✓ a prevenção e o combate, em concurso com a Procuradoria-Geral do Estado, à improbidade administrativa e às demais formas de irregularidades administrativas, no âmbito da Administração Pública Estadual;
 - ✓ o auxílio no aperfeiçoamento da gestão pública;
 - ✓ a formulação, a coordenação, o fomento e a implementação de programas e projetos voltados à prevenção da corrupção e a promoção da transparência;
 - ✓ o zelo pelo controle social na administração pública;
 - ✓ a exortação para a evolução da qualidade na aplicação dos recursos em benefícios da sociedade;
 - ✓ o fomento e a supervisão das atividades da Ouvidoria-Geral do Estado - OGE;
 - ✓ outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos das respectivas normas legais e/ou regulamentares.

1.3 CONTROLE INTERNO DA GESTÃO PÚBLICA

Conforme determinação do artigo 74, da Constituição Federal de 1988, cabe ao Controle Interno:

“I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.”

Na busca de cumprir adequadamente todas essas atribuições e contribuir efetivamente para a melhoria da gestão das políticas públicas, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, vem aperfeiçoando continuamente a sua atuação.

1.4 IDENTIDADE INSTITUCIONAL



Missão

Orientar e acompanhar a gestão governamental para alcançar a efetividade das políticas públicas e exercer o controle interno para proteger o patrimônio público e assegurar a prevalência dos interesses da sociedade.

Visão Estratégica

Ser reconhecida pela sociedade e pelos gestores estaduais como referência de Controle Interno da Administração Pública.



Valores

Ética e Transparência na Administração Pública;
Participação Popular e Controle Social da Gestão;
Prevalência do Interesse Público;
Responsabilidade Fiscal e Socioambiental;
Transversalidade da Gestão.

2. PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS

2.1 AÇÕES DE ORIENTAÇÃO À GESTÃO ESTADUAL

Em cumprimento à missão institucional de orientar a gestão governamental, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, durante o 3º trimestre de 2023, realizou diversas atividades de orientação aos gestores e técnicos dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, cujos resultados estão sintetizados a seguir:

2.1.1 ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

As Orientações Técnicas são emitidas por meio de instrumentos administrativos elaborados por técnicos da Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, e têm o propósito de promover o fortalecimento da administração pública, bem como recomendar à adequação dos controles internos e de gestão no âmbito dos Órgãos e das Entidades que compõem o Poder Executivo Estadual.

O Controle Interno é o viés que a Administração Pública possui para verificar a regularidade e a legalidade de seus próprios atos, e saber se os princípios da legalidade e da supremacia do interesse público, dentre outros, foram respeitados, inclusive, avaliando a conveniência administrativa do ato praticado. o.

2.2 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ESTADUAL

2.2.1 MONITORAMENTO DAS CONTAS DO GOVERNO

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, no cumprimento das ações de orientação e acompanhamento das ações governamentais, durante o **terceiro trimestre de 2023**, observou dados e informações registradas no sistema de contabilidade e gestão do Estado – i-gep, pelas Unidades Gestoras da Administração Direta e Indireta, no tocante à execução orçamentária consolidada, que permitem avaliar a evolução da execução das receitas e despesas, com o objetivo de gerar informações estratégicas para orientar e subsidiar a tomada de decisão governamental.

2.2.1.1 DO ORÇAMENTO

Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2023



O orçamento para o exercício de 2023 foi aprovado pela Lei nº 9.155, de 07 de janeiro de 2023, publicado em edição extra do Diário Oficial do Estado Nº 29.069, de 08 de janeiro de 2023, alocando recursos da ordem de R\$ 13.310.265.220,00 (treze bilhões e trezentos e dez milhões e duzentos e sessenta e cinco mil e duzentos e vinte reais), o qual compreende o orçamento fiscal e da seguridade social, recursos de todas as fontes.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2023		R\$ 1,00	
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
RECEITA		DESPESA	
RECEITAS CORRENTES	14.897.098.872	DESPESAS CORRENTES	11.842.085.520
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.037.252.805	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.969.621.807
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	457.799.412	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	227.345.966
RECEITA PATRIMONIAL	137.840.517	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.645.117.747
RECEITA AGROPECUÁRIA	0		
RECEITA INDUSTRIAL	0		
RECEITA DE SERVIÇOS	255.610.842		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.830.137.846		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	178.457.450		
RECEITAS CORRENTES – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	752.193.055		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.237.701.888		
I - TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	12.411.590.039		
RECEITAS DE CAPITAL	898.675.181	DESPESAS DE CAPITAL	1.357.179.700
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	317.876.782	INVESTIMENTOS	1.075.017.721
ALIENAÇÃO DE BENS	191.718.529	INVERSÕES FINANCEIRAS	71.900.000
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	210.261.979
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	389.076.870		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.000		
II - TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	898.675.181		
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	111.000.000
TOTAL	13.310.265.220	TOTAL	13.310.265.220

Fonte: Lei nº 9.155, de 07 de janeiro de 2023/ Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas

2.2.1.2 DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

No 3º trimestre de 2023, foram abertos créditos suplementares no montante de **R\$ 949.047.009,34** (novecentos e quarenta e nove milhões e quarenta e sete mil e nove reais e trinta e quatro centavos), créditos especiais no montante de **R\$ 24.393.153,50** (vinte e quatro milhões e trezentos e noventa e três mil e cento e cinquenta e três reais e cinquenta centavos) e anulados o montante de **R\$ 389.408.844,08** (trezentos e oitenta e nove milhões e quatrocentos e oito mil e oitocentos e quarenta e quatro reais e oito centavos).

Até 30/09/2023, os créditos suplementares perfazem o montante de **R\$ 1.826.524.230,07** (um bilhão e oitocentos e vinte e seis milhões e quinhentos e vinte e quatro mil e duzentos e trinta reais e sete centavos), os créditos especiais o montante de **R\$ 113.927.422,44**

(cento e treze milhões e novecentos e vinte e sete mil e quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos) e anulados o montante de **R\$ 1.020.897.220,26** (um bilhão e vinte milhões e oitocentos e noventa e sete mil e duzentos e vinte reais e vinte e seis centavos).

Dessa forma, a dotação atualizada perfaz o valor de **R\$ 14.229.819.652,25** (quatorze bilhões e duzentos e vinte e nove milhões e oitocentos e dezenove mil e seiscentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos), conforme detalhado no quadro abaixo:

	MOVIMENTAÇÃO	VALOR (R\$)
A	DOTAÇÃO INICIAL	13.310.265.220,00
B	CRÉDITO SUPLEMENTAR	1.826.524.230,07
C	CRÉDITO ESPECIAL	113.927.422,44
D	DOTAÇÃO ANULADA	1.020.897.220,26
E	DOTAÇÃO ATUALIZADA (E) (=) (A+B+C-D)	14.229.819.652,25

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado/

i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos
Compromissos de Governo

As fontes de recursos utilizadas para abertura de créditos adicionais foram anulações de dotações, totalizando **R\$ 1.020.897.220,26** (um bilhão e vinte milhões e oitocentos e noventa e sete mil e duzentos e vinte reais e vinte e seis centavos), superavit financeiro apurado em Balanços Patrimoniais, totalizando **R\$ 362.657.067,49** (trezentos e sessenta e dois milhões e seiscentos e cinquenta e sete mil e sessenta e sete reais e quarenta e nove centavos) e excesso de arrecadação, totalizando **R\$ 556.897.364,76** (quinhentos e cinquenta e seis milhões e oitocentos e noventa e sete mil e trezentos e sessenta e quatro reais e setenta e seis centavos), conforme detalhamento no quadro a seguir.

DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	
DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1. ORÇAMENTO INICIAL	13.310.265.220,00
2. CRÉDITOS ADICIONAIS	1.940.451.652,51
2.1. SUPLEMENTARES	1.826.524.230,07
2.2. EXTRAORDINÁRIOS	0,00
2.3. ESPECIAIS	113.927.422,44
3. ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES	1.020.897.220,26
4. NOVOS CRÉDITOS AUTORIZADOS (2-3)	919.554.432,25
4.1. EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	556.897.364,76
4.2. OPERAÇÃO DE CRÉDITO	0,00
4.3. SUPERÁVIT FINANCEIRO	362.657.067,49
5. ORÇAMENTO FINAL AUTORIZADO (1+4)	14.229.819.652,25

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo das Alterações Orçamentárias

Após a abertura de créditos adicionais mediante excesso de arrecadação, a receita orçamentária atualizada ficou assim distribuída:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS			
CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE RECEITA	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZAÇÕES	PREVISÃO ATUALIZADA
RECEITAS CORRENTES	11.659.396.984,00	556.447.364,76	12.215.844.348,76
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.030.018.724,00	115.479.136,36	4.145.497.860,36
CONTRIBUIÇÕES	457.799.412,00	0,00	457.799.412,00
RECEITA PATRIMONIAL	137.840.517,00	1.300.000,00	139.140.517,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	255.610.842,00	91.356.522,00	346.967.364,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.599.670.039,00	330.311.706,40	6.929.981.745,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	178.457.450,00	18.000.000,00	196.457.450,00
RECEITAS DE CAPITAL	898.675.181,00	450.000,00	899.125.181,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	317.876.782,00	0,00	317.876.782,00
ALIENAÇÃO DE BENS	191.718.529,00	0,00	191.718.529,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	389.076.870,00	450.000,00	389.526.870,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.000,00	0,00	3.000,00
RECEITAS CORRENTES – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	752.193.055,00	0,00	752.193.055,00
TOTAL	13.310.265.220,00	556.897.364,76	13.867.162.584,76

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária Consolidado

Em relação às despesas orçamentárias atualizadas, estas ficaram assim distribuídas após a abertura de créditos adicionais:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE			
DEMONSTRATIVO DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS			
CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA
DESPESAS CORRENTES	11.842.085.520,00	744.076.000,59	12.586.161.520,59
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.969.621.807,00	-37.060.412,74	7.932.561.394,26
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	227.345.966,00	10.367.535,00	237.713.501,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.645.117.747,00	770.768.878,33	4.415.886.625,33
DESPESAS DE CAPITAL	1.357.179.700,00	248.773.690,48	1.605.953.390,48
INVESTIMENTOS	1.075.017.721,00	164.618.073,47	1.239.635.794,47
INVERSÕES FINANCEIRAS	71.900.000,00	71.145.317,01	143.045.317,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	210.261.979,00	13.010.300,00	223.272.279,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	111.000.000,00	-73.295.258,82	37.704.741,18
TOTAL	13.310.265.220,00	919.554.432,25	14.229.819.652,25

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil / Dotação Autorizada / Alterações / Remanejamentos Orçamentários

2.2.1.3 DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Receita realizada no 3º. Trimestre de 2023 perfaz o montante de **R\$ 3.216.857.703,72** (três bilhões e duzentos e dezesseis milhões e oitocentos e cinquenta e sete mil e setecentos e três reais e setenta e dois centavos), perfazendo até o trimestre o montante arrecadado de **R\$ 10.068.803.988,74** (dez bilhões e sessenta e oito milhões e oitocentos e três mil e novecentos e oitenta e oito reais e setenta e quatro centavos), conforme detalhado no quadro abaixo:

Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2023

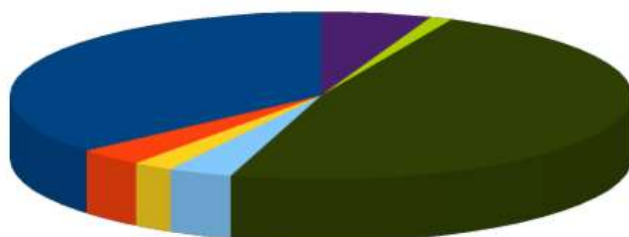


GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE				
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS				
CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE RECEITA	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA		SALDO
		NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	
RECEITAS CORRENTES	12.215.844.348,76	2.979.326.945,56	9.379.809.391,09	-2.836.034.957,67
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.145.497.860,36	1.151.408.298,06	3.346.056.794,48	-799.441.065,88
CONTRIBUIÇÕES	457.799.412,00	109.157.792,88	308.901.342,20	-148.898.069,80
RECEITA PATRIMONIAL	139.140.517,00	65.769.951,37	222.425.060,81	83.284.543,81
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	346.967.364,00	105.651.391,11	239.713.865,68	-107.253.498,32
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.929.981.745,40	1.510.738.873,27	5.147.024.176,23	-1.782.957.569,17
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	196.457.450,00	36.600.638,87	115.688.151,69	-80.769.298,31
RECEITAS DE CAPITAL	899.125.181,00	55.613.882,99	191.383.410,96	-707.741.770,04
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	317.876.782,00	11.199.633,23	129.362.812,85	-188.513.969,15
ALIENAÇÃO DE BENS	191.718.529,00	363.956,06	1.760.201,17	-189.958.327,83
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	389.526.870,00	44.050.293,70	60.256.812,22	-329.270.057,78
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.000,00	0,00	3.584,72	584,72
RECEITAS CORRENTES – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	752.193.055,00	181.916.875,17	497.611.186,69	-254.581.868,31
TOTAL	13.867.162.584,76	3.216.857.703,72	10.068.803.988,74	-3.798.358.596,02

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária Consolidado

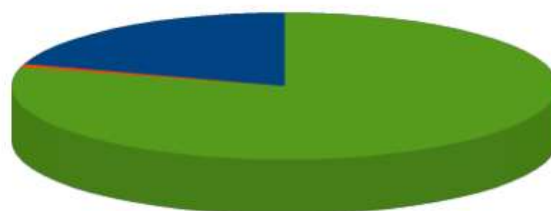
Receitas Arrecadadas no 3º Trimestre

Receitas Correntes



- IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA
- CONTRIBUIÇÕES
- RECEITA PATRIMONIAL
- RECEITA AGROPECUÁRIA
- RECEITA INDUSTRIAL
- RECEITA DE SERVIÇOS
- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
- OUTRAS RECEITAS CORRENTES
- RECEITAS CORRENTES – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
- DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE

Receitas de Capital



- OPERAÇÕES DE CRÉDITO
- ALIENAÇÃO DE BENS
- AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS
- TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL
- OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

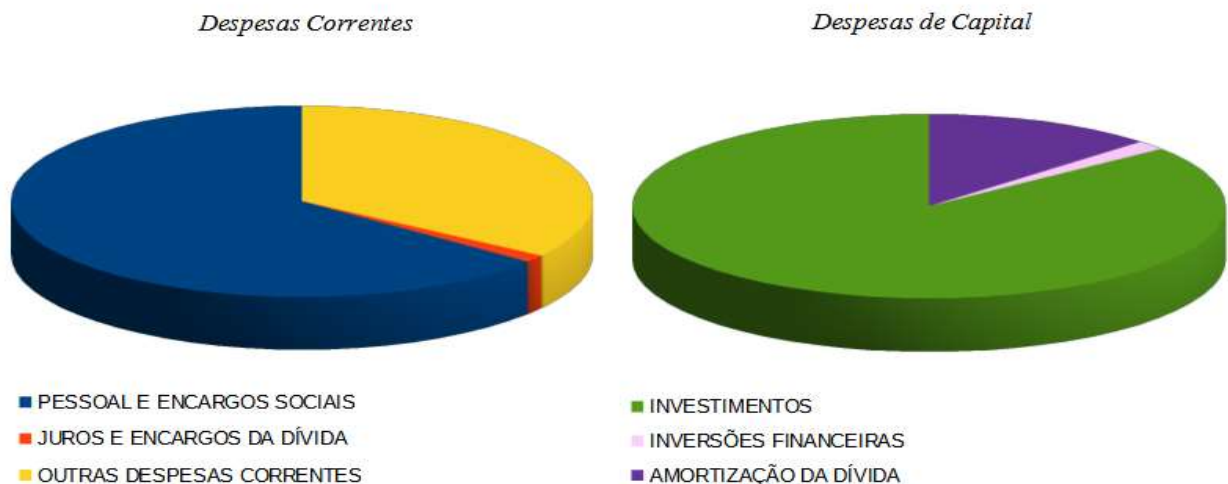
A Despesa Empenhada no 3º. trimestre de 2023 perfaz o montante de **R\$ 2.898.278.365,74** (dois bilhões e oitocentos e noventa e oito milhões e duzentos e setenta e oito mil e trezentos e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), perfazendo até o trimestre o montante de **R\$ 10.361.532.658,38** (dez bilhões e trezentos e sessenta e um milhões e quinhentos e trinta e dois mil e seiscentos e cinquenta e oito reais e trinta e oito centavos), conforme demonstrativo a seguir:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS						
CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE DESPESA	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
DESPESAS CORRENTES	2.696.561.091,83	9.531.061.639,33	2.969.332.333,36	8.516.381.974,37	2.928.160.582,65	8.290.868.458,55
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.729.689.576,23	5.982.200.854,75	1.864.531.608,36	5.410.819.483,32	1.846.980.981,82	5.333.235.214,11
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	33.693.384,49	211.355.965,07	65.408.473,00	182.046.930,97	65.408.473,00	167.228.564,11
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	933.178.131,11	3.337.504.819,51	1.039.392.252,00	2.923.515.560,08	1.015.771.127,83	2.790.404.680,33
DESPESAS DE CAPITAL	201.717.273,91	830.471.019,05	184.230.682,24	650.551.224,20	178.494.939,69	620.108.818,06
INVESTIMENTOS	172.880.452,32	593.538.945,70	125.081.990,75	442.768.069,70	119.348.285,51	421.092.129,25
INVERSÕES FINANCEIRAS	3.257.275,67	51.084.744,24	3.425.653,94	50.020.258,03	3.425.653,94	50.020.258,03
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	25.579.545,92	185.847.329,11	55.723.037,55	157.762.896,47	55.721.000,24	148.996.430,78
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.898.278.365,74	10.361.532.658,38	3.153.563.015,60	9.166.933.198,57	3.106.655.522,34	8.910.977.276,61

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Despesas Empenhadas no 3º Trimestre



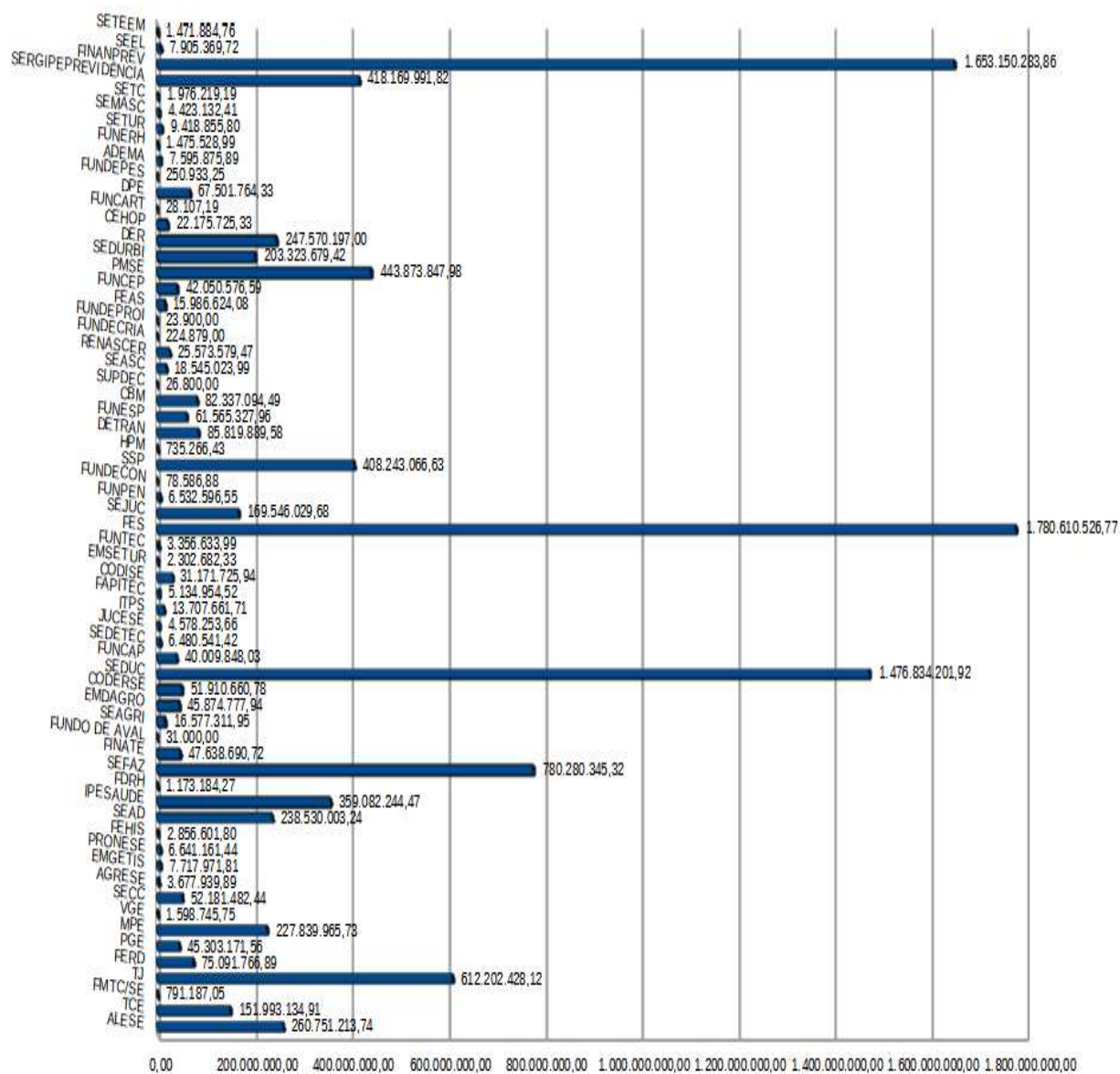
Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2023

• Despesa Orçamentária por Órgão e Entidade

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR ÓRGÃO/ENTIDADE						
UNIDADE GESTORA	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
ALESE	4.363.866,57	260.751.213,74	65.359.549,62	186.035.912,15	65.298.144,89	184.401.136,17
TCE	8.454.629,18	151.993.134,91	36.485.180,23	107.749.673,66	36.763.808,45	107.250.308,29
FMTC/SE	102.712,63	791.187,05	660.858,53	729.595,61	610.728,00	679.465,08
TJ	29.799.819,13	612.202.428,12	174.587.988,68	503.271.644,01	172.577.902,99	500.779.785,23
FERD	18.557.047,54	75.091.766,89	15.974.193,06	47.397.725,29	15.649.386,48	46.612.529,14
PGE	17.653.098,40	45.303.171,56	13.748.330,63	40.965.350,43	12.049.777,43	38.977.520,78
MPE	5.939.336,53	227.839.965,73	54.216.925,69	156.972.953,12	54.294.397,79	156.494.821,58
VGE	-1.909,93	1.598.745,75	459.818,35	1.381.311,81	470.732,59	1.356.888,00
SECC	16.689.976,89	52.181.482,44	17.307.070,28	49.544.916,92	17.086.354,98	47.862.734,52
AGRESE	1.459.684,43	3.677.939,89	948.446,77	2.286.069,11	941.004,19	2.276.052,80
EMGETIS	2.726.783,72	7.717.971,81	2.253.495,40	7.091.912,51	2.315.768,41	6.997.950,21
PRONESE	2.302.870,73	6.641.161,44	2.017.128,81	6.098.323,29	2.022.135,79	6.083.080,90
FEHIS	0,00	2.856.601,80	526.912,48	2.343.890,51	526.912,48	2.343.890,51
SEAD	88.610.242,03	238.530.003,24	62.468.195,68	169.568.108,87	62.619.172,12	168.842.952,38
IPESAÚDE	134.117.940,22	359.082.244,47	126.678.856,81	330.062.568,34	122.572.832,81	319.530.134,35
FDRH	919.093,79	1.173.184,27	236.291,58	291.213,28	231.444,26	272.325,96
SEFAZ	194.681.881,96	780.280.345,32	212.397.710,13	646.324.276,04	212.359.034,73	621.343.282,91
FINATE	18.909.206,75	47.638.690,72	15.856.084,69	39.596.316,96	14.510.466,19	34.254.731,03
FUNDO DE AVAL	0,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEAGRI	6.691.132,64	16.577.311,95	5.076.643,74	14.157.137,41	6.259.516,51	13.433.496,50
EMDAGRO	14.374.936,44	45.874.777,94	15.214.850,66	43.323.975,86	15.280.772,67	43.069.106,31
CODERSE	16.586.261,69	51.910.660,78	16.003.013,41	49.374.615,81	15.640.658,84	47.903.662,36
SEDUC	457.446.543,67	1.476.834.201,92	476.686.573,41	1.273.903.509,74	465.612.809,17	1.212.367.508,48
FUNCAP	11.738.300,63	40.009.848,03	18.076.475,37	38.348.658,18	16.548.536,36	35.749.801,85
SEDETEC	1.400.859,45	6.480.541,42	1.551.060,76	5.344.400,49	1.565.440,51	5.201.158,72
JUCESE	1.517.275,02	4.578.253,66	1.491.374,88	4.118.428,30	1.427.064,76	4.045.050,58
ITPS	5.523.571,20	13.707.661,71	5.632.170,66	13.615.688,39	5.632.901,79	13.435.536,39
FAPIPEC	2.248.354,71	5.134.954,52	2.414.950,20	5.132.126,33	2.445.330,97	5.087.844,66
CODISE	11.930.885,67	31.171.725,94	11.674.439,07	30.592.024,20	11.798.527,43	30.299.046,03
EMSETUR	846.616,27	2.302.682,33	862.812,21	2.282.909,36	836.183,41	2.201.215,63
FUNTEC	1.794.568,24	3.356.633,99	897.459,33	2.409.174,66	1.810.868,44	2.110.021,55
FES	531.593.698,30	1.780.610.526,77	557.104.464,76	1.688.946.566,96	542.789.558,00	1.597.271.567,75
SEJUC	57.711.816,49	169.546.029,68	56.379.710,76	159.726.943,95	54.824.813,81	151.889.985,21
FUNPEN	562.946,55	6.532.596,55	1.826.333,16	3.800.689,79	1.647.872,63	3.387.568,59
FUNDECON	43.137,08	78.586,88	34.875,19	61.326,91	51.005,65	59.727,17
SSP	106.773.700,07	408.243.066,63	99.010.095,50	285.797.454,57	98.991.509,73	285.360.016,28
HPM	250.863,36	735.266,43	242.156,30	632.095,93	240.062,25	593.592,86
DETRAN	29.983.131,90	85.819.889,58	28.039.427,51	83.080.546,76	27.946.564,73	82.703.151,22
FUNESP	27.833.588,07	61.565.327,96	15.762.224,09	37.704.889,26	15.885.181,03	37.632.303,00
CBM	10.059.166,98	82.337.094,49	26.827.626,85	76.165.015,82	27.020.895,73	76.089.188,59
SUPDEC	24.500,00	26.800,00	4.500,00	6.800,00	4.500,00	6.800,00
SEASC	9.887.690,68	18.545.023,99	4.172.689,51	11.079.768,27	4.110.447,07	10.730.278,84
RENASCER	8.688.648,14	25.573.579,47	8.485.092,33	24.179.592,45	7.560.175,81	22.996.115,46
FUNDECRIA	208.479,00	224.879,00	6.561,63	15.592,14	6.757,80	13.465,36
FUNDEPROI	8.500,00	23.900,00	6.561,62	15.592,14	6.757,80	13.465,36
FEAS	5.112.536,63	15.986.624,08	5.063.427,08	15.654.474,01	4.883.174,22	15.399.934,42
FUNCEP	12.256.324,24	42.050.576,59	11.309.947,99	36.713.202,43	12.672.356,22	36.370.953,14
PMSE	152.297.452,43	443.873.847,98	151.223.689,86	441.614.105,00	151.062.639,03	439.972.285,69
SEDURBI	53.054.441,08	203.323.679,42	60.860.758,02	184.159.766,55	58.183.712,25	176.436.701,67
DER	50.561.512,48	247.570.197,00	33.922.077,65	205.994.440,95	36.587.272,61	195.835.818,44
CEHOP	7.138.699,85	22.175.725,33	7.338.196,51	21.663.447,45	7.070.976,60	21.380.319,15
FUNCART	21.000,00	28.107,19	0,00	7.077,19	0,00	7.077,19
DPE	23.488.279,46	67.501.764,33	22.346.509,91	59.674.041,54	21.469.683,83	58.749.699,07
FUNDEPES	1.189,00	250.933,25	0,00	249.744,25	0,00	249.744,25
ADEMA	2.758.640,09	7.595.875,89	2.458.054,34	6.914.646,09	2.369.249,34	6.654.586,72
FUNERH	986.340,33	1.475.528,99	550.811,25	946.371,90	481.114,30	876.674,95
SETUR	6.652.127,37	9.418.855,80	4.405.255,45	6.651.111,42	2.357.023,95	4.594.617,76
SEMAC	2.168.356,82	4.423.132,41	1.924.788,87	4.012.981,68	1.885.929,34	3.940.822,83
SETC	789.523,44	1.976.219,19	724.774,74	1.711.085,58	713.768,11	1.698.754,15
SERGIPEPREVIDÊNCIA	141.813.811,37	418.169.991,82	137.092.556,61	402.369.353,41	137.702.007,06	401.382.881,43
FINANPREV	571.248.403,69	1.653.150.283,86	553.116.068,31	1.619.519.213,73	545.873.106,07	1.610.962.657,04
SEEL	5.628.844,28	7.905.369,72	4.559.453,65	6.385.434,80	3.589.509,92	5.412.666,09
SETEEM	1.285.430,36	1.471.884,76	999.465,03	1.165.415,00	904.282,01	1.040.818,03
TOTAL	2.898.278.365,74	10.361.532.658,38	3.153.563.015,60	9.166.933.198,57	3.106.655.522,34	8.910.977.276,61

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Despesa Empenhada Até o Trimestre

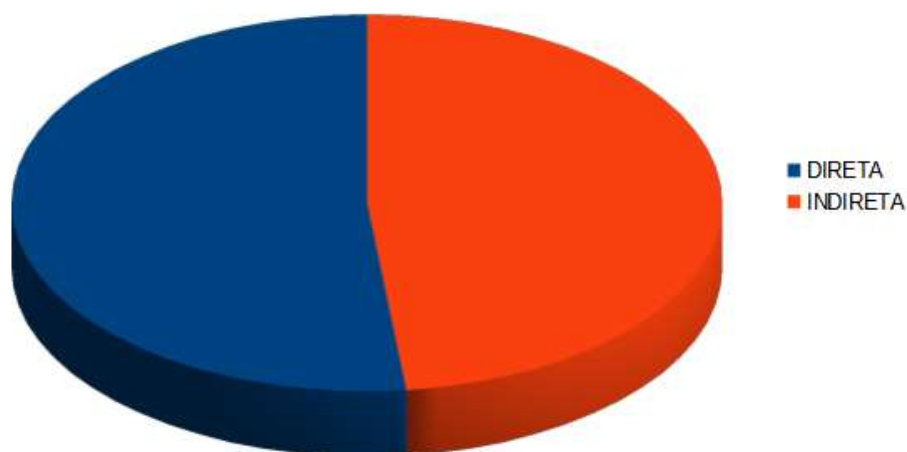


- Despesa Orçamentária por Tipo de Administração

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR TIPO ADMINISTRAÇÃO						
TIPO ADMINISTRAÇÃO	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
DIRETA	1.280.109.042,52	5.364.508.014,64	1.569.758.558,41	4.441.016.588,37	1.547.730.193,42	4.321.096.501,16
INDIRETA	1.618.169.323,22	4.997.024.643,74	1.583.804.457,19	4.725.916.610,20	1.558.925.328,92	4.589.880.775,45
TOTAL	2.898.278.365,74	10.361.532.658,38	3.153.563.015,60	9.166.933.198,57	3.106.655.522,34	8.910.977.276,61

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil / Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

*Despesa Empenhada por tipo de Administração
Até o Trimestre*

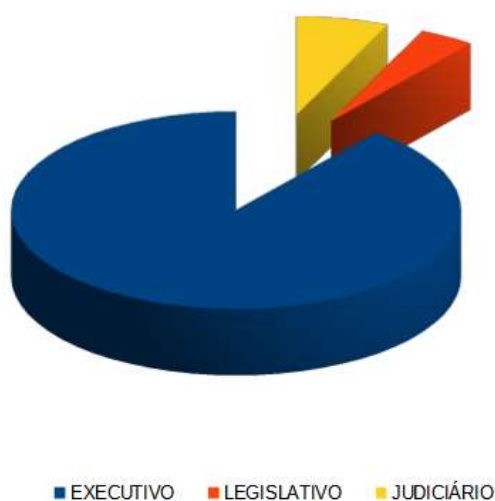


• **Despesa Orçamentária por Poder**

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PODER						
PODER	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
EXECUTIVO	2.837.000.290,69	9.260.702.927,67	2.860.495.245,48	8.321.748.647,85	2.815.755.551,53	8.071.254.052,70
LEGISLATIVO	12.921.208,38	413.535.535,70	102.505.588,38	294.515.181,42	102.672.681,34	292.330.909,54
JUDICIÁRIO	48.356.866,67	687.294.195,01	190.562.181,74	550.669.369,30	188.227.289,47	547.392.314,37
TOTAL	2.898.278.365,74	10.361.532.658,38	3.153.563.015,60	9.166.933.198,57	3.106.655.522,34	8.910.977.276,61

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

*Despesa Orçamentária por Poder
Até o Trimestre*



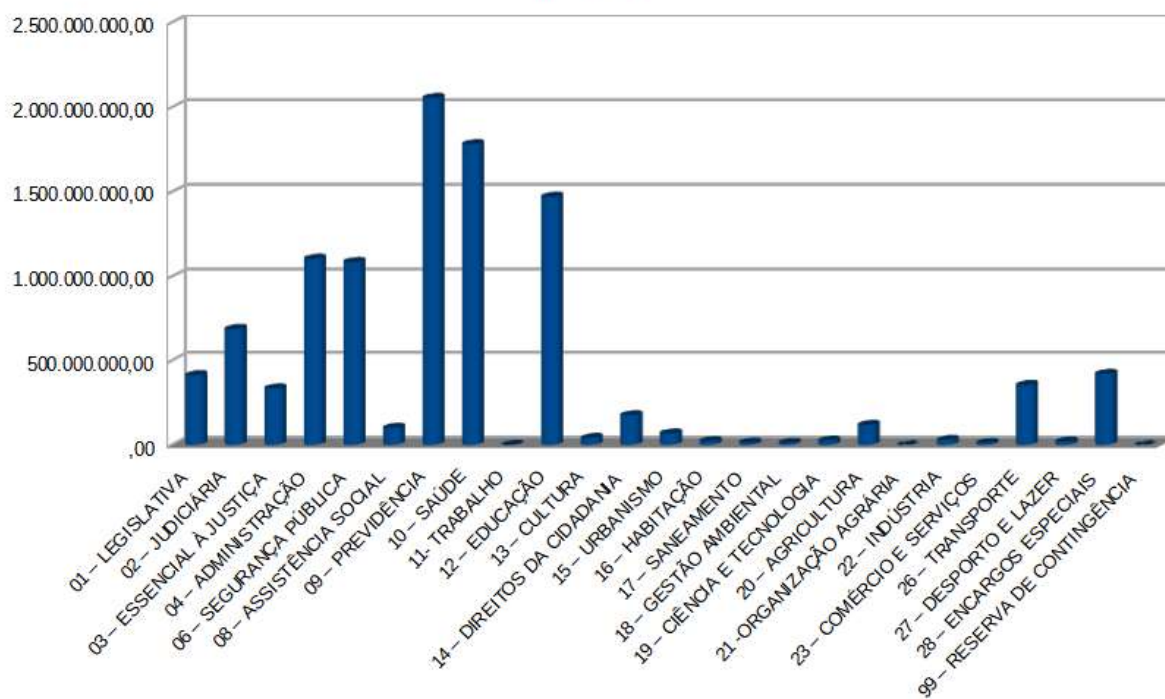
Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2023

• Despesa Orçamentária por Função

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO						
FUNÇÃO	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
01 – LEGISLATIVA	12.921.208,38	413.535.535,70	102.505.588,38	294.515.181,42	102.672.681,34	292.330.909,54
02 – JUDICIÁRIA	48.399.156,99	687.415.685,54	190.610.472,06	550.790.859,83	188.261.379,79	547.499.604,90
03 – ESSENCIAL À JUSTIÇA	44.993.395,67	335.106.393,48	88.498.356,13	252.355.892,93	86.002.230,37	249.047.618,69
04 – ADMINISTRAÇÃO	402.987.475,01	1.102.853.209,70	321.426.264,04	912.829.906,21	316.995.257,78	894.074.096,29
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	327.218.902,81	1.083.077.997,81	321.125.205,16	925.495.533,47	321.250.115,83	922.851.963,77
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	36.186.678,69	102.429.083,13	29.048.780,16	87.662.721,44	29.244.168,92	85.528.712,58
09 – PREVIDÊNCIA	706.356.430,49	2.054.095.275,40	685.138.206,44	2.008.798.758,39	678.504.694,65	1.999.255.729,72
10 – SAÚDE	531.593.698,30	1.780.610.526,77	557.104.464,76	1.688.946.566,96	542.789.558,00	1.597.271.567,75
11 – TRABALHO	1.285.430,36	1.471.884,76	999.465,03	1.165.415,00	904.282,01	1.040.818,03
12 – EDUCAÇÃO	456.638.919,63	1.469.646.091,50	475.224.625,49	1.269.051.609,52	464.077.506,21	1.207.652.386,70
13 – CULTURA	12.618.582,83	42.680.336,25	19.021.347,19	40.822.159,19	17.446.671,49	38.098.505,83
14 – DIREITOS DA CIDADANIA	58.317.900,12	176.157.213,11	58.240.919,11	163.588.960,65	56.523.692,09	155.337.280,97
15 – URBANISMO	16.956.972,03	69.028.975,62	21.968.475,67	62.260.637,72	22.403.610,02	61.453.514,50
16 – HABITAÇÃO	6.876.348,23	24.261.673,48	7.602.757,37	23.236.688,31	7.335.537,46	22.953.560,01
17 – SANEAMENTO	3.257.275,67	15.725.113,14	3.425.653,94	14.660.626,93	3.425.653,94	14.660.626,93
18 – GESTÃO AMBIENTAL	5.967.058,67	13.781.162,95	5.094.182,20	12.161.345,31	4.896.820,72	11.759.430,14
19 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA	10.413.437,17	27.134.340,79	9.834.438,21	24.955.939,23	10.793.238,97	24.290.381,38
20 – AGRICULTURA	39.622.996,45	119.633.765,83	37.981.888,22	111.720.851,11	38.873.335,41	109.256.144,81
21 – ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22 – INDÚSTRIA	11.818.690,85	30.861.477,92	11.590.276,64	30.310.006,61	11.716.402,31	30.019.065,75
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	8.192.743,64	12.999.953,87	5.649.652,23	9.624.560,71	3.574.791,93	7.486.373,32
26 – TRANSPORTE	79.876.133,62	356.323.267,89	66.121.723,84	305.638.354,81	65.604.575,66	289.015.067,56
27 – DESPORTO E LAZER	8.887.953,36	21.786.823,59	8.482.617,35	16.473.938,18	7.624.750,09	15.036.640,44
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	66.890.976,77	420.916.870,15	126.867.655,98	359.866.684,64	125.734.567,35	335.057.277,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.898.278.365,74	10.361.532.658,38	3.153.563.015,60	9.166.933.198,57	3.106.655.522,34	8.910.977.276,61

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

*Despesa Orçamentária por Função
Até o Trimestre*



Comparando-se a Receita Prevista Atualizada e a Receita Arrecadada até o período, constatou-se um *deficit* de arrecadação da ordem de **R\$ (3.798.358.596,02)** (três bilhões e setecentos e noventa e oito milhões e trezentos e cinquenta e oito mil e quinhentos e noventa e seis reais e dois centavos), conforme detalhado no quadro a seguir:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
PREVISÃO ATUALIZADA X RECEITA REALIZADA	
PREVISÃO ATUALIZADA (A)	13.867.162.584,76
RECEITA REALIZADA (B)	10.068.803.988,74
SUPERAVIT/DEFICIT DE ARRECADAÇÃO (B – A)	-3.798.358.596,02

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária Consolidado

Percebe-se que, no confronto entre a dotação atualizada e a despesa empenhada até o período, verificou-se uma economia orçamentária no valor de **R\$ 3.868.286.993,87** (três bilhões e oitocentos e sessenta e oito milhões e duzentos e oitenta e seis mil e novecentos e noventa e três reais e oitenta e sete centavos), o que representa aproximadamente 27,18% da dotação atualizada, conforme quadro a seguir:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
DOTAÇÃO ATUALIZADA X DESPESA EMPENHADA	
DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	14.229.819.652,25
DESPESA EMPENHADA (B)	10.361.532.658,38
ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA (A – B)	3.868.286.993,87

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

Por sua vez, no confronto entre a despesa empenhada e a despesa paga, verificou-se uma despesa a pagar até o período, no valor de **R\$ 1.450.555.381,77** (um bilhão e quatrocentos e cinquenta milhões e quinhentos e cinquenta e cinco mil e trezentos e oitenta e um reais e setenta e sete centavos), o que representa, aproximadamente 22,23% da despesa empenhada, conforme demonstrado abaixo:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
DESPESA EMPENHADA x DESPESA PAGA	
DESPESA EMPENHADA (A)	10.361.532.658,38
DESPESA PAGA (B)	8.910.977.276,61
DESPESA A PAGAR (A – B)	1.450.555.381,77

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Do confronto entre a receita realizada e a despesa empenhada até o período, verificou-se um *deficit* orçamentário no valor de **R\$ (292.728.669,64)** (duzentos e noventa e dois milhões e

setecentos e vinte e oito mil e seiscentos e sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), assim detalhado:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
RECEITA REALIZADA X DESPESA EMPENHADA	
RECEITA REALIZADA (A)	10.068.803.988,74
DESPESA EMPENHADA (B)	10.361.532.658,38
SUPERAVIT/DEFICIT ORÇAMENTÁRIO (A – B)	-292.728.669,64

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária Consolidado/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

2.2.1.4 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Nesse item, será efetuada a análise do desempenho orçamentário-financeiro, por meio de indicadores, da gestão pública do Governo do Estado de Sergipe a fim de oferecer informações acerca da utilização dos recursos públicos.

a) Quociente de Execução da Receita: Receita Arrecadada/Receita Prevista Atualizada

Receita Arrecadada	10.068.803.988,74	0,73
Receita Prevista Atualizada	13.867.162.584,76	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de receita prevista atualizada, foi arrecadado o valor de aproximadamente **R\$ 0,73**, ou seja, no período, foi arrecadado aproximadamente 73,00% das receitas previstas atualizadas, caracterizando-se um *deficit* de arrecadação no valor de **R\$ (3.798.358.596,02)**.

b) Quociente de Execução da Despesa: Despesa Empenhada/Dotação Atualizada

Despesa Empenhada	10.361.532.658,38	0,73
Dotação Atualizada	14.229.819.652,25	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** da dotação atualizada, foi executado a quantia de aproximadamente **R\$ 0,73**, ou seja, no período, foi empenhado aproximadamente 73,00% da dotação atualizada, perfazendo uma economia orçamentária no valor de **R\$ 3.868.286.993,87**.

c) Quociente de Equilíbrio Orçamentário: Despesa Autorizada/Receita Prevista

Dotação Atualizada	14.229.819.652,25	1,03
Receita Prevista Atualizada	13.867.162.584,76	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de receita prevista atualizada, foram dispendidos para utilização dos recursos a quantia de aproximadamente **R\$ 1,03**, demonstrando equilíbrio orçamentário. Verifica-se, no entanto, diferença entre a Dotação Atualizada e a Receita Prevista Atualizada, no valor de R\$ 362.657.067,49, decorrente dos créditos adicionais abertos através de *superavit* financeiro.

d) Quociente do Resultado Orçamentário: Receita Arrecadada/Despesa Empenhada

Receita Arrecadada	10.068.803.988,74	0,97
Despesa Empenhada	10.361.532.658,38	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de despesa empenhada, existe a quantia de aproximadamente **R\$ 0,97** de receita arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um *deficit* orçamentário da ordem de **R\$ (292.728.669,64)**.

e) Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária: Receita Orçamentária/Despesa Orçamentária Paga

Receita Orçamentária	10.068.803.988,74	1,13
Despesa Orçamentária Paga	8.910.977.276,61	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de despesa orçamentária paga, existe a quantia de **R\$ 1,13** de receita orçamentária para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um *superavit* financeiro da ordem de **R\$ 1.157.826.712,13**.

f) Quociente da Execução Orçamentária Corrente: Receita Corrente/Despesa Corrente

Receita Corrente	9.877.420.577,78	1,04
Despesa Corrente	9.531.061.639,33	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de Despesa Corrente Empenhada, existe a quantia de aproximadamente **R\$ 1,04** de Receita Corrente Arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um *superavit* orçamentário corrente da ordem de **R\$ 346.358.938,45**.

g) Quociente da Execução Orçamentária de Capital: Receita de Capital/Despesa de Capital

Receita de Capital	191.383.410,96	0,23
Despesa de Capital	830.471.019,05	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de Despesa de Capital Empenhada, existe a quantia de aproximadamente **R\$ 0,23** de Receita de Capital Arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **deficit orçamentário de capital** da ordem de **R\$ (639.087.608,09)**.

2.2.2 REGULARIDADE FISCAL DO ESTADO

Nos meses de julho, agosto e setembro o Núcleo de Acompanhamento da Regularidade Fiscal do Estado de Sergipe – NARF/SETC/SE, instalado na Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, monitorou todos os CNPJs relacionados ao Estado de Sergipe. Para alcançar tal objetivo, os instrumentos utilizados para acompanhar a regularidade fiscal do Estado, em sentido amplo, foram os Relatórios de Situação Fiscal, emitidos pela RFB/MF e os Relatórios advindos do CAUC/STN/MF, dentre outros. Nesse contexto, importa salientar que o surgimento de pendências obriga a SETC comunicar formalmente ao Gestor da respectiva Secretaria a existência de pendência no Relatório de Situação Fiscal/RFB/PGFN e/ou no CAUC/STN, bem como solicitar-lhe a adoção de rápidas providências para sanar o apontamento negativo, que impede o Estado de obter ou renovar a Certidão Negativa de Débitos - CND.

Em muitas ocasiões, A SETC interage com os servidores da secretaria onde se localiza a pendência, orienta-os e intercede junto à RFB a fim de solver a sobredita pendência. É um trabalho incansável e desafiador a manutenção da regularidade fiscal de diversos Órgãos e Entidades Estaduais, que compõem o Estado de Sergipe, sobretudo com os adventos do eSocial e da EFD-Reinf sistemas estes implantados pela Receita Federal do Brasil.

Importa assinalar que a SETC, em 22 de junho de 2023, realizou um evento denominado "Partilha de Conhecimento Técnico" versando sobre a troca de conhecimento e experiência de servidores de diversas secretarias estaduais com os demais usuários do eSocial e da EFDReinf. Naquela oportunidade, o encontro contou também com a participação de representantes do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe -CRC/SE.

Cabe destacar que, neste momento, a SETC vem requerendo atenção ao número de convênios em situação de análise, segundo revelam os dados do i-Gesp. Neste sentido, eis abaixo a representação gráfica da situação dos respectivos convênios por Órgão, com a respectiva evolução, no terceiro trimestre de 2023:

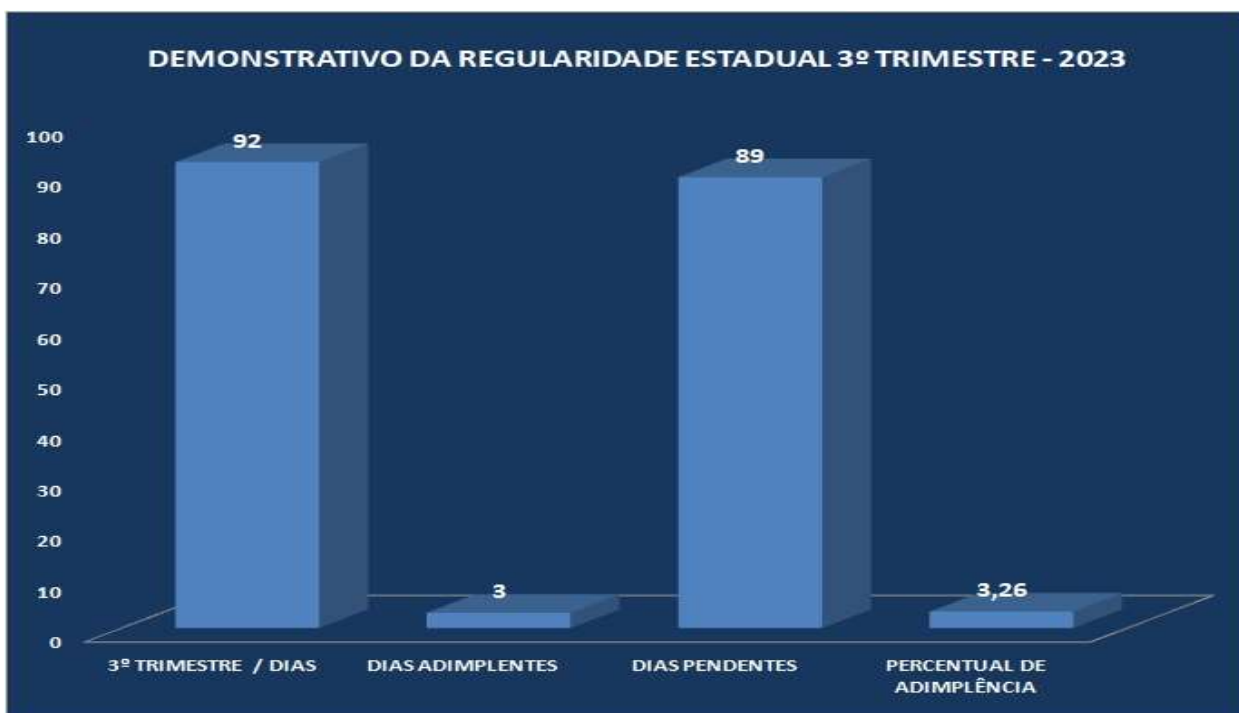


Fonte: I-Gesp



Em relação ao acompanhamento diário dos relatórios extraídos do CAUC/STN, torna-se possível observar a regularidade fiscal da **Administração Direta e Indireta do Poder Executivo**, bem como a dos Poderes Judiciário, Legislativo e do TCE, e ainda dos Órgãos essenciais à Justiça: Ministério Público do Estado - MPE e da Defensoria Pública do Estado - DPE/SE.

Para constatar o acompanhamento dessas pendências, força se faz observar o comportamento dos Órgãos e das Entidades durante o terceiro trimestre deste ano, conforme retratam a representação gráfica e o quadro demonstrativo abaixo:



Relatório de Controle Interno 3º Trimestre de 2023



DEMONSTRATIVO DA REGULARIDADE ESTADUAL NO 3º TRIMESTRE - 2023			
JULHO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.3 - CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS		FHS	29
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		CEHOP	
		EMGETIS	
		FHS	
		FUNCAP	
OMISSÃO DE GFIP	SEAD,SEDOC,SSP,SEFAZ,SEJUC,TCE, SETUR, SEDETEC, SETC, SEDURBI, SEAGRI,TJ	FUNCAP	
CP PATRONAL	SES, SEMAC,SEASC, TCE, ALESE, SEFAZ, SEDUC, SEJUC, SEDURBI, SEAD, DPE, PM, CBM, SEEL, SEMAC		
DIVERGÊNCIA DE GFIP	SEJUC		
INSCRIÇÃO SIDA	FES/SES		
PENDÊNCIA PASEP	SEFAZ		
OMISSÃO DE DCTF	SETEEM		
AGOSTO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.3 - REGULARIDADE QUANTO CONTRIBUIÇÕES DO FGTS		FHS	31
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		CEHOP	
		EMGETIS	
		FHS	
		FUNCAP	
3.2.3 ENCAMINHAMENTO DO RREO AO SIOPE	SEDUC		
OMISSÃO DE GFIP – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL – RFB	SEAD	FUNCAP	
	SEDUC / CEI		
	FDRH / SEAD		
	TJ		
	FINATE / SEFAZ		
	SEDUC		
	ALESE		
CP – PATRONAL	SES, SEMAC, SEJUC, SEASC, SEDUC, SEDURBI, DPE PM, SETEEM		
OMISSÃO DE DCTFWEB	TCE, SES, SEAD, SSP,MP		
OMISSÃO DE DCTF	SETEEM		
SETEMBRO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.3 - CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS		FHS	29
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		CEHOP	
		EMGETIS	
		FHS	
		FUNCAP	
CP - PATRONAL	SES, SEMAC, SSP, SEJUC, MP, VG, SEASC, SEDUC, SETUR, SEDURBI, SEAD, PM, SEEL, PGE		
	SEMAC, SES, SEJUC, SETUR, SSP, PGE		
OMISSÃO DCTFWEB	SEMAC, SES, SEJUC, SETUR, SSP, PGE		
OMISSÃO DE GFIP	TJ		
TOTAL			89

Nesse contexto, saliente-se que o Núcleo de Acompanhamento da Regularidade Fiscal da Secretaria de Estado da Transparência e Controle - NARF/SETC criou o **Índice de aferição da Regularidade** dos Órgãos da **Administração Direta e das Entidades que compõem a Indireta**, cujo objetivo visa demonstrar, diariamente, e, em tempo real, a quantidade de dias em que determinado Órgão ou definida Entidade permaneceu em situação de irregularidade.

A utilização dessa metodologia permite atribuir a esses Órgãos ou a tais Entidades um percentual relacionado aos dias que compõe os meses de julho, agosto e setembro de 2023.

Para melhor ilustrar a aplicação desse método, eis, na sequência, o **Índice de Regularidade** do terceiro trimestre de 2023, com os respectivos números acumulados nos meses anteriores.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - SETC						29/9/2023
ÍNDICE ANUAL DE REGULARIDADE – 2023						1/1/2023
Nº ORDEM	ÓRGÃOS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	Nº / DIAS	Nº DIAS REGULARES	Nº DIAS IRREGULARES	% ÍNDICE REGULARIDADE
1	CBM	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE	271	229	42	84,50
2	HPM	HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE		259	12	95,57
3	VGE	VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO		260	11	95,94
4	DPE	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE		130	141	47,97
5	MP/SE	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE		253	18	93,36
6	PGE	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO		266	5	98,15
7	PM / SE	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE		87	184	32,10
8	SEAD	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO		106	165	39,11
9	SEAGRI	SECRETARIA DE EST. DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL		74	197	27,31
10	SEASC	SECRETARIA DE ESTADO DA INCLUSÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO		138	133	50,92
11	SECC	SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL		209	62	77,12
12	SEDETEC	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA		235	36	86,72
13	SEDUC	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DA CULTURA		106	165	39,11
14	SEDURBI	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		126	145	46,49
15	SEEL	SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER		185	86	68,27
16	SEFAZ	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA		150	121	55,35
17	SEIUC	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA AO CONSUMIDOR		106	165	39,11
18	SEMAC	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E AÇÕES CLIMÁTICAS		59	212	21,77
19	SES	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		118	153	43,54
20	SETC	SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE		238	33	87,82
21	SETEEM	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E EMPREENDEDORISMO		250	21	92,25
22	SETUR	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO		158	113	58,30
23	SSP	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA		167	104	61,62
24	ALESE	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		241	30	88,93
25	TCE	TRIBUNAL DE CONTAS		170	101	62,73
26	TJ	TRIBUNAL DE JUSTIÇA		223	48	82,29

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - SETC						29/9/2023
ÍNDICE ANUAL DE REGULARIDADE – 2023						1/1/2023
Nº ORDEM	SIGLA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	Nº DIAS	Nº DIAS REGULARES	Nº DIAS IRREGULARES	% ÍNDICE REGULARIDADE
1	ADEMA	ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	271	271		100,00
2	AGRESE	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DO ESTADO DE SERGIPE		271		100,00
3	BANESE	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.		271		100,00
4	CEHOP	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS		23	248	8,49
5	CODISE	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE		271		100,00
6	COHIDRO	COMPANHIA DE DESENV. DE RECURSOS HÍDRICOS DE SERGIPE		271		100,00
7	DEPEC	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL		271		100,00
8	DER	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SERGIPE		129	142	47,60
9	DESO	CIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE S.A		271		100,00
10	DETRAN	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO		271		100,00
11	EMDAGRO	EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE		271		100,00
12	EMGETIS	EMPRESA SERGIPANA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		23	248	8,49
13	EMSETUR	EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO		271		100,00
14	FAPITEC/SE	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICO/SE		271		100,00
15	FHS	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE		7	264	2,58
16	FSPH	FUNDAÇÃO DE SAÚDE PARREIRAS HORTA		271		100,00
17	FUNCAP	FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE APERIPÊ DE SERGIPE		23	248	8,49
18	FUNESA	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE		271		100,00
19	HEMOLACEN	INSTITUTO DE HEMOTERAPIA E DE ATIVIDADES DE LABORATÓRIO CENTRAL		271		100,00
20	IPESAÚDE	INSTITUTO DE PROM E DE ASSIST A SAÚDE DE SERV DO ESTADO DE SERGIPE		271		100,00
21	IPES PREVIDENCIA	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO ESTADO DE SERGIPE		271		100,00
22	ITPS	INSTITUTO TECNOLÓGICO E DE PESQUISAS DO ESTADO DE SERGIPE		271		100,00
23	JUCESE	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE		271		100,00
24	PRONESE	EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE SERGIPE		271		100,00
25	RENASCER	FUNDAÇÃO RENASCER DO ESTADO DE SERGIPE		271		100,00
26	SEGRASE	SERVIÇOS GRÁFICOS SERGIPE		271		100,00
27	SERGÁS	SERGIPE ENERGIAS RENOVÁVEIS E GÁS S.A.		271		100,00
28	SERGIPE PREVIDENCIA	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO ESTADO DE SERGIPE		271		100,00

Na sequência, a representação gráfica apresenta o demonstrativo da regularidade fiscal na qual se revela a destacada situação do Estado de Sergipe no cenário nacional.



Fonte: CAUC/STN

Ao olhar atentamente esse gráfico, observa-se a regularidade dos demais Estados do Brasil e, logo se percebe que a SETC se desdobrou em várias frentes de atuação, tanto interna como externamente, para que o Estado de Sergipe pudesse ostentar destacada posição. Nesse cenário, o trabalho realizado se fez notar por meio dos insistentes e oportunos contatos estabelecidos com os Órgãos Estatais, outros Poderes constituídos, e, principalmente, com os técnicos da Receita Federal do Brasil - RFB.

Por oportuno, ressalte-se que o Estado de Sergipe se encontra, no momento, amparado por medidas liminares, inclusive a relacionada ao Convênio Federal nº. 777.189/2012, envolvendo a Fundação Palmares/MEC.

As ações preventivas com o objetivo de manter a Regularidade Estadual, evitando, dessa forma, que o Estado de Sergipe ficasse impedido de receber os recursos que são essencialmente necessários, e imprescindíveis, para manutenção e ampliação das políticas públicas, bem como se tornasse apto a celebrar convênios, receber recursos oriundos da União, a exemplo das transferências voluntárias, firmar contratos e outros instrumentos congêneres.

O NARF/SETC EM INTERAÇÃO COM OS OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO

A participação da SETC em eventos realizados pelo Grupo de Gestores de Finanças - GEFIN proporciona a aproximação do Governo com a Secretaria do Tesouro Nacional-STN, Receita Federal do Brasil - RFB e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional-PGFN. Nestes encontros, em que há, principalmente, a participação e o envolvimento de representantes da SEFAZ dos diversos estados da federação, os debates sobre assuntos importantes para o bom desempenho dos Estados e as discussões, por meios de painéis realizados pelo Grupo de Trabalho - Regularidade Fiscal, Plataforma + Brasil (SICONV), buscam auxiliar os secretários de fazenda nas decisões a serem formuladas no Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.

A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS E A PROATIVIDADE

O intercâmbio com os outros Estados do Brasil, as trocas de informações com os outros técnicos de diversos Estados, as reuniões realizadas pelo GEFIN revelam que o Estado de Sergipe necessita urgentemente investir em sistemas de informática para manter, monitorar, acompanhar a regularidade fiscal em tempo real visando antecipar futuros problemas.

AS PARCERIAS COM ÓRGÃOS EXTERNOS

Importa citar a necessidade de o Estado firmar parcerias, celebrar convênios, termos de colaboração com muitos Órgãos e Entidades, Instituições financeiras, tais como: RFB, PGFN, CEF, BB, ECT, ANATEL, INMETRO/ITPS, SERASA, etc. Nesse contexto, convém destacar que, a partir de junho do corrente ano, vários contatos já foram estabelecidos e, ainda, estão sendo objeto de tratativas.

O TRABALHO DO NARF/SETC E A IMPORTÂNCIA DESTA PARA O ESTADO

Na prática, o trabalho consiste em manter e monitorar a regularidade fiscal do Estado. Para tanto, existe o acompanhamento da predita regularidade no Estado de Sergipe em sentido amplo, pois esse monitoramento contempla a Administração Pública do Poder Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário, e ainda do Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado de Sergipe.

A importância dessa atividade, ganha relevo do ponto de vista interno e, sobretudo, externamente: primeiro, no seio da Administração Estadual, quando se obtém a renovação da Certidão Negativa de Débitos - CND e, ainda, no exato momento em que determinado Órgão ou certa Entidade pretende celebrar convênios, firmar contratos, ou ainda quando o Estado está prestes a receber repasses da União ou de órgãos supranacionais ou realizar operações de crédito; segundo, no plano externo, é possível ser visto pelas realizações de obras e dos serviços prestados pelo Governo à população sergipana, pois graças à regularidade fiscal os recursos podem ser obtidos e os serviços contratados pelo Governo do Estado de Sergipe

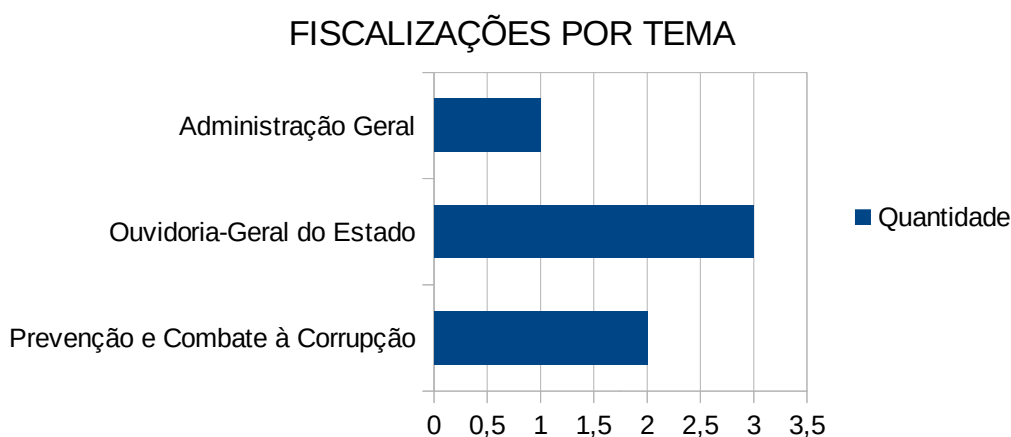
2.3 AÇÕES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

A Auditoria Governamental é a atividade de controle interno que tem por finalidade avaliar os controles internos administrativos dos Órgãos e das Entidades jurisdicionados, examinar a legalidade, legitimidade e avaliar os resultados da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da aplicação de recursos públicos por pessoas físicas e jurídicas.

Nesse sentido, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC realizou, no terceiro trimestre de 2023, diversas ações de auditoria com o objetivo de cumprir a sua missão institucional, cujos resultados estão sintetizados a seguir:

2.3.1 FISCALIZAÇÕES PROVENIENTES DE DEMANDAS DA OUVIDORIA

No terceiro trimestre do exercício de 2023, foram realizadas ações de fiscalização oriundas de demandas de Ouvidoria com a finalidade de apuração de possíveis inconsistências, nos seguintes temas:



2.4 TRANSPARÊNCIA ESTADUAL E ACESSO À INFORMAÇÃO

2.4.1 TRANSPARÊNCIA ESTADUAL

Com o objetivo de ampliar cada vez mais a Transparência Ativa da Gestão Governamental, o Governo de Sergipe promove, continuamente, a inserção de novos conteúdos de informações dos atos e fatos da Administração Estadual, disponibilizados no **Portal da Transparência de Sergipe**, no endereço eletrônico: www.transparencia.se.gov.br, em cumprimento as determinações legais, em especial à Lei Complementar Federal n. 131, de 27 de maio de 2009.

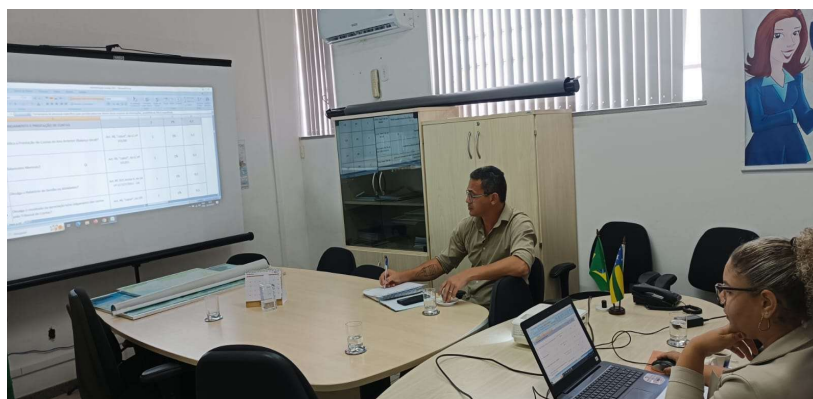


2.4.2. MONITORAMENTO DE PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA

A SETC como órgão central do sistema de controle interno, compete o incremento da transparência da gestão pública estadual, a orientação, o acompanhamento e a proteção da gestão estadual.

Desse modo, acompanha e monitora os portais de transparência dos órgãos e entidades do poder executivo, com o objetivo de ampliar e melhorar a disponibilidade das informações ofertadas à sociedade e consequentemente um melhor resultado nas avaliações dos órgãos de controle.

Realiza constantes reuniões com os responsáveis pelos portais de transparência dos Órgãos do Poder Executivo, com o intuito de orientar e seguir a padronização dos sítios eletrônicos e dirimir as eventuais dúvidas quanto à origem e confiabilidade das informações disponibilizadas.



Secretarias	JANERO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO
ADEMA	4,7	4,7	3,5	3,5	4	8,1	9,1
AGRESE	8,2	9,2	9,5	9,6	9,8	8,6	8,2
BANESE	9,4	9,4	9,4	8	9,8	9,5	9,5
CEHOP	9,8	9,2	9,2	8,8	9,1	9,1	10
CODSE	8,8	9	9,8	8,8	9	8,9	8,9
CODERSE	7,9	8,1	7,1	7,6	7,4	6,2	5,3
CBMSE	7,9	8,4	8,4	9	9,1	7,6	7,1
DEF. CIVIL	0	7,9	6,5	4,3	6,1	5,5	6,8
DER/SE	8,6	8,6	8,6	9,1	9,1	7	9
DESO	7,3	7,1	8,4	7	7	7	7
DETRAN/SE	8,7	9,7	9,4	9,8	9,8	9,8	9,8
EMDAGRO	8,4	9,8	8,9	8,7	8,6	9,2	8,9
EMGETS	9,8	9,4	9,8	9,8	9,8	9,4	9,3
EMSETUR	9,4	9,8	9,7	8,8	8,4	9,7	10
FAPITEC/SE	9,6	10	10	10	10	9	10
FSPH	5,7	5,7	5,1	7,9	5,1	7,6	7,6
FUNCAP/SE	5	3,7	5,1	2,2	2,2	3,4	8,6
RENASCER	5,2	5,2	5,5	8,3	7,8	9,9	10
FUNESA	8,4	8,9	8,2	9,4	9,4	9,4	9,6
HPM	7,2	7,3	6,5	6,7	6,7	7,6	7,6
IPESAÚDE	8,3	8,6	9,3	9,8	9,8	9,5	9,5
ITPS	8,8	8,4	8,3	9,1	8,8	9,7	9,8
JUCESE	9,1	9,7	9,2	6,9	6,9	6,2	6,8
PGE	8,1	9,7	9,7	9,7	9,7	9,7	9
PMSE	9,2	9,2	8,4	8,6	8,1	7,9	8,4
PRONESE	9,3	9,3	9,3	9,3	9	8,3	9
SEAD	9	8,5	9	9	9	7,8	7,9
SEAGRI	9,8	9,8	9,8	8,1	9,2	9,2	8,6
SEDETEC	10	9,3	9,1	9,5	9,1	9,4	9,8
SEDUC	9,6	9,4	8,1	8,3	8,5	9	8,9
SEDURBI	5,1	9,9	9,1	10	8,7	8,5	8,5
SEFAZ	8,7	9	9,1	9	9,2	9,2	8,2
SECC	6,5	8,3	9,8	9,8	9,8	8,3	8,1
JOSE	6,3	6,3	5,7	8,9	8,9	6,8	7
SEASC	5,8	5,8	7,7	4,6	4,8	3,7	5,1
SEJUC	9,6	8,7	9,6	9,1	9,3	7,6	7,1
SERGÁS	6,4	7,5	7,3	9	9	8,5	9
S.PREV	9,3	9,5	10	10	10	10	10
SES	7,7	7,6	7,6	6,7	6,8	6,4	6,4
SETC	8,1	8,1	8,1	8,1	8,3	8,2	8,2
SETUR	9,8	9,6	9,8	9,8	9,3	9	10
SSP	8,8	9,7	9	9,7	9,7	8,7	9,7
VGE	0	0	0	0	0	0	7
SEEL	0	0	0	0	0	0	0
SEMAC	0	0	0	0	0	0	0
DEF PÚBLICA	8,1	8,1	8,8	9,2	9,2	9,4	9,4

A SETC participou dos Encontros Técnicos nos dias, 20 e 21 de setembro, sobre a Nova Métrica da Transparência, promovidos pelo TCE/SE. Na oportunidade foram apresentados os novos critérios de avaliação que devem ser inseridos nos Portais da Transparência dos Órgãos Estaduais aplicando o novo regramento do PNTP – Programa Nacional de Transparência Pública.



2.5 OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE

2.5.1 APRESENTAÇÃO

A Ouvidoria Geral do Estado - OGE, órgão da Estrutura Administrativa do Estado de Sergipe, criada pela Lei nº 8.496, de 28 de dezembro de 2018, subordinada diretamente ao Secretário de Estado da Transparência e Controle, e ao Governador do Estado, tem por finalidade, com vistas à promoção do exercício da cidadania, receber, encaminhar e acompanhar

manifestações, sugestões, reclamações e denúncias dos cidadãos relativas à prestação de serviços públicos em geral, em obediência ao Decreto Governamental Nº 40.370 de 30 de abril de 2019, e pedidos de Acesso à Informação, na forma da Lei (Federal) nº 12.527/2011 e demais normas regulamentares, assim como recomendar ações e medidas administrativas e legais contra o exercício negligente ou abusivo de cargos, empregos e funções do Poder Executivo Estadual, sem prejuízo das competências específicas de outros órgãos integrantes da Administração.

O Relatório Estatístico de Atendimentos da OGE, Órgão gerenciador da Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual, é um importante instrumento para o acompanhamento das ações e serviços prestados pelo Governo do Estado de Sergipe.

Todas as informações contidas neste relatório são oriundas das manifestações apresentadas às ouvidorias setoriais dos órgãos/entidades que compõem a referida Rede. O relatório tem como base de referência a análise estatística das manifestações registradas através do Sistema SE-OUV.

Atualmente a Rede de Ouvidorias é composta por 50 unidades de Ouvidorias Setoriais, que representam 100% dos órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual.

Este relatório, portanto, sintetiza a almejada transparência da Administração Pública, oferecendo informações estratégicas para os gestores e dados objetivos para o controle social e o incentivo à participação popular, favorecendo a prática de uma gestão democrática, na medida em que dá significado e valor a cada manifestação registrada, tomada como contribuição para a melhoria de adoção de políticas públicas e qualificação da prestação de serviços.

2.5.2 ATIVIDADES DESEMPENHADAS

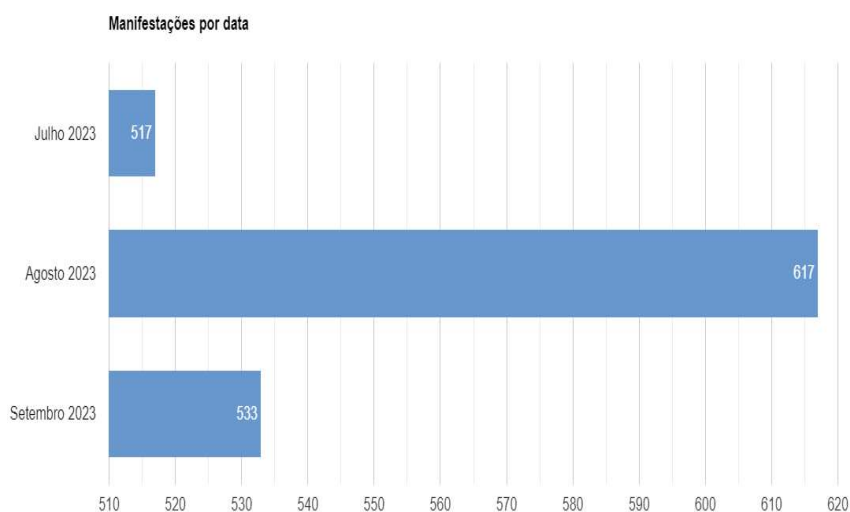
Com o advento da Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº. 12.527/2011, que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, a SETC/SE vem acompanhando, diariamente, o atendimento dos pedidos de informações apresentados aos Órgãos e às Entidades da Administração Estadual, por meio do Serviço Eletrônico de Atendimento ao Cidadão - eSic, disponibilizado no endereço eletrônico www.se-ouv.se.gov.br/esic com o objetivo de proteger a gestão estadual e, por outro lado, assegurar a prevalência do interesse público, garantindo o livre acesso às informações demandadas pela sociedade.



O presente relatório apresenta gráficos relacionados aos atendimentos realizados pela Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual, que utilizam o Sistema SE-OUV como ferramenta de comunicação oficial para o recebimento das manifestações de ouvidoria e dos pedidos de Acesso à Informação/LAI, demandados pelos cidadãos/usuários.

Gráfico 1 – Manifestações por mês

O **gráfico 1** apresenta o número de manifestações por mês. Entre os dias 01 de julho a 30 de setembro do corrente, os cidadãos/usuários registraram **1.667 manifestações** junto ao Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual (SE-OUV). No mês de julho foram realizados **517** registros, em agosto **617**, e em setembro **533** manifestações.

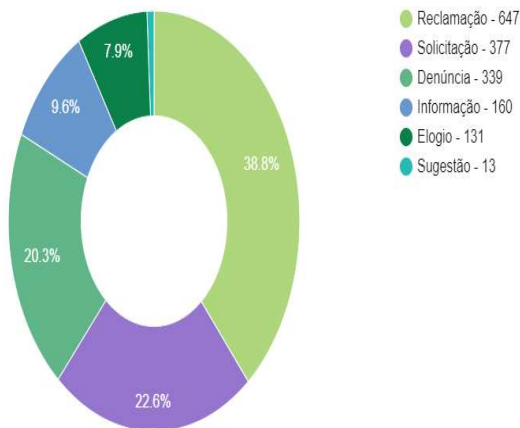


Fonte: Sistema SE-OUV

Gráfico 2 – Por Tipo de Manifestação

Conforme o **gráfico 2**, a tipologia que apresentou o maior número de manifestações entre 01 de julho a 30 de setembro foram as reclamações com **647** registros, representando (38.8%) das demandas. Com relação as outras tipologias, foram realizadas **377** solicitações que representaram (22.6%), **339** denúncias (20.3%), **160** pedidos de Acesso à Informação/LAI (9.6%), **131** elogios (7.9%) e **13** sugestões (0.8%).

Manifestações por tipo

**Gráfico 3 – Por Situação da Manifestação**

Com relação aos atendimentos das manifestações, o **gráfico 3** aponta que os cidadãos/usuários realizaram **1.667** manifestações, dessas, **1.487** apresentam o status de *Atendidas*, representando (89.5%) de resolutividade nos atendimentos, **21** estão com status *Sem Resposta* (1.3%), **149** dessas manifestações encontram-se com status *Em Trâmite* (9%), e **5** delas ainda não foram visualizadas pelos órgãos/entidades (0.3%).

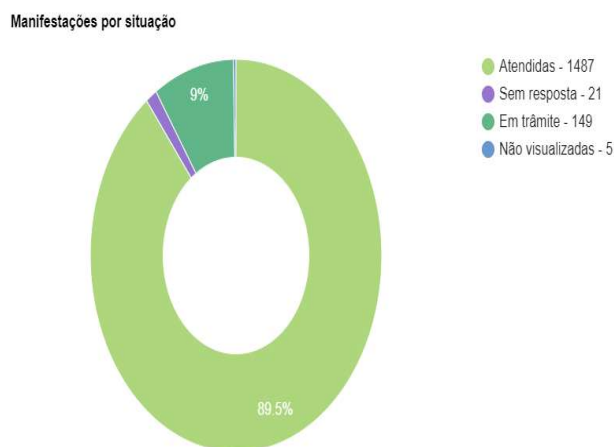


Gráfico 4 – Por Canal de Atendimento

Conforme se apresenta no **gráfico 4**, o canal de atendimento mais utilizado pelos cidadãos/usuários foi a Internet/Sistema. **1.056** manifestantes realizaram cadastro no sistema SE-OUV para envio de suas manifestações, representando (63.3%) dos atendimentos de ouvidoria. **52** cidadãos realizaram suas manifestações através do telefone, o que representa (3.1%) dos atendimentos. **496** atendimentos foram realizados presencialmente (29.8%), e **63** atendimentos foram realizados através de meio postal (3.8%).

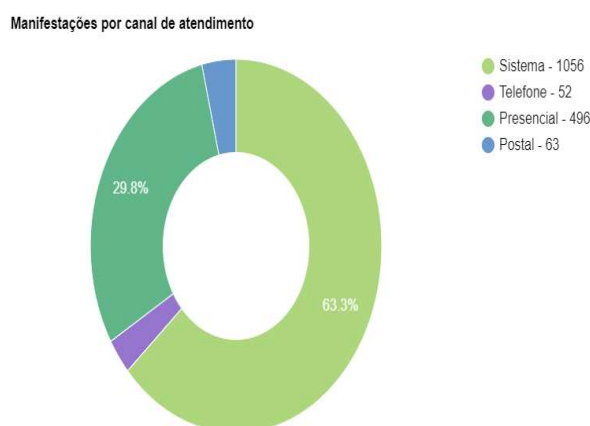


Gráfico 5 – Por Gênero

Quanto ao perfil dos manifestantes por gênero, o **gráfico 5** mostra que **435** manifestações foram realizadas por cidadãos/usuários do gênero Masculino, o que representa (26.1%) do público. **567** manifestações foram registradas pelo gênero Feminino, representando (34%) das manifestações. **647** manifestações foram realizadas por público Não informado, o que representa (38.8%) dos registros, e **18** demandas foram realizadas por pessoa física opção Outro, que equivale a (1.1%).

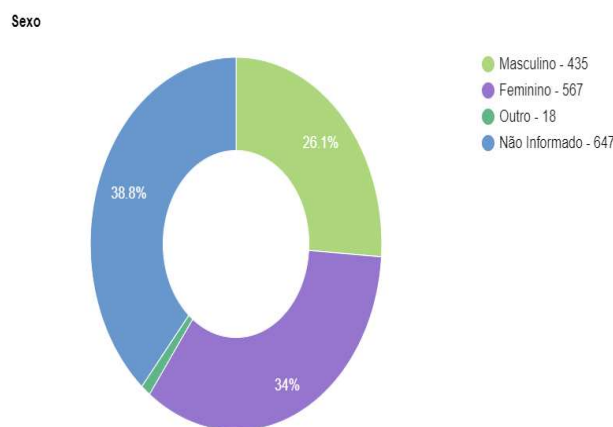


Gráfico 6 – Por Órgão/Entidade

No **gráfico 6**, estão representados os órgãos/entidades que foram mais demandados nos meses de julho a setembro deste ano. Os 5 (cinco) órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual que mais registraram manifestações foram: O IPESAÚDE com **468** das manifestações, o HUSE com **251**, a SEDUC com **235** dos registros, o DETRAN com **149**, e a DESO com **104** manifestações.

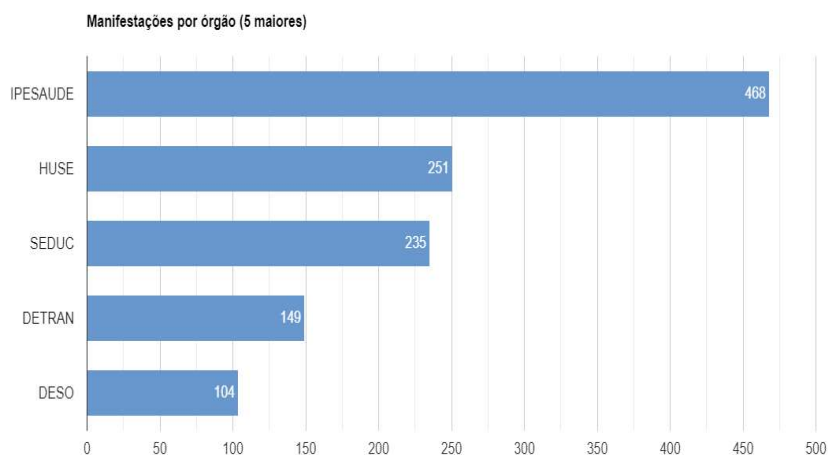


Gráfico 7 – Por Faixa etária

Quanto à faixa etária dos manifestantes, o **gráfico 7** mostra que **1.603** usuários preferiram não informar a idade. Dos usuários que informaram, **10** tinham idade entre (0 a 18 anos), **6** de (19 a 25 anos), **22** manifestantes tinham de (26 a 40 anos), **24** de (41 a 60 anos) e **2** dos manifestantes estão acima dos (60 anos).

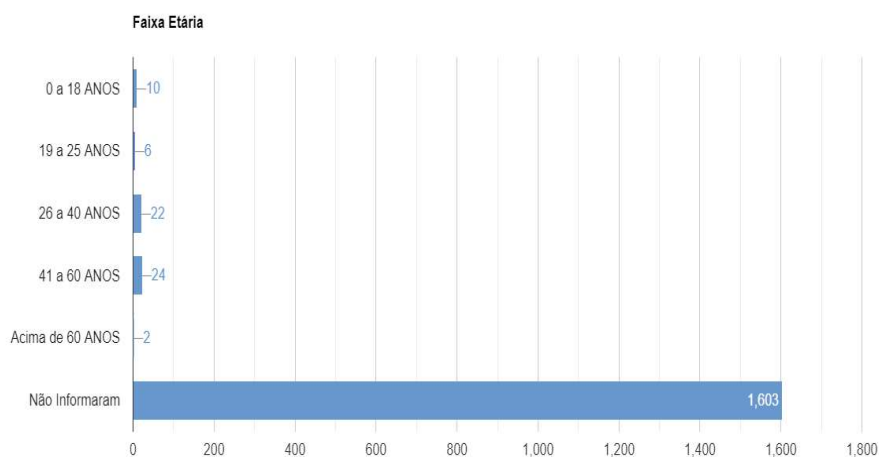


Gráfico 8 – Por Renda

Com relação a renda dos manifestantes, o **gráfico 8** mostra que, **1.361** dos usuários declararam não possuir renda, o que equivale a (81.6%) dos manifestantes. **143** informaram receber até dois salários (8.6%), **69** recebem de dois a quatro salários (4.1%), **70** recebem de quatro a dez salários (4.2%), **18** informaram receber de dez a vinte salários (1.1%) e **6** recebem acima de vinte salários-mínimos (0.4%).

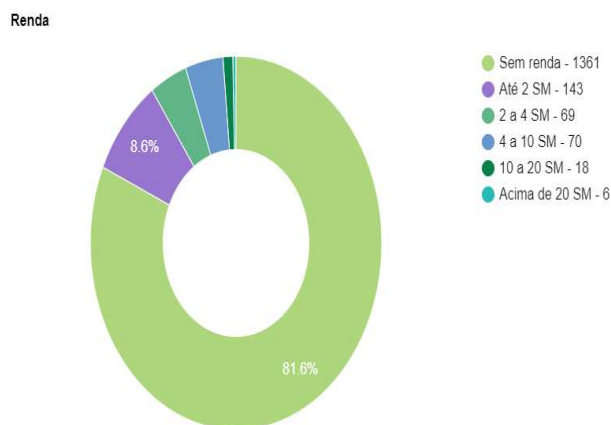


Gráfico 9 – Por Nível de Escolaridade

O **gráfico 9** demonstra o nível de escolaridade dos cidadãos/usuários que utilizaram a Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual. **1.187** dos manifestantes não informaram sua escolaridade, o que representa (71.2%). Observa-se no gráfico abaixo que o público que informou seu nível de escolaridade, prevalecem os usuários com Ensino Superior Completo com **285** registros (17.1%), com Ensino Superior Incompleto são **72** (4.3%), Ensino Médio Completo foram **78** (4.7%), Ensino Médio Incompleto foram **24** (1.4%), Ensino Fundamental foram **11** (1%). **4** foram Semianalfabetos (0.2%) e **6** analfabetos (0.4%).

Escolaridade

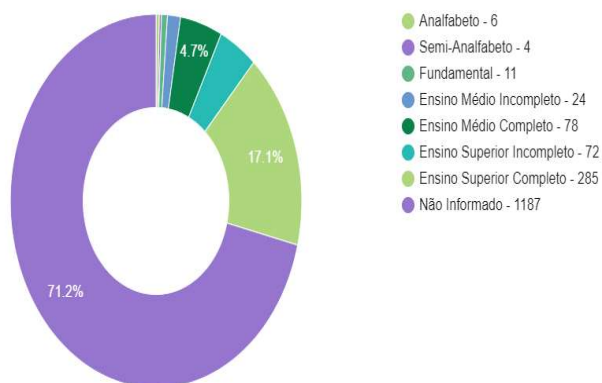


Gráfico 10 – Por Ente Federativo

O **gráfico 10** apresenta os entes federativos que mais demandaram o Sistema SE-OUV. **806** dos manifestantes preferiram não informar sua localização, **733** são oriundos do Estado de Sergipe, **36** são de São Paulo, **14** do Estado de Alagoas e **13** são residentes na Bahia.

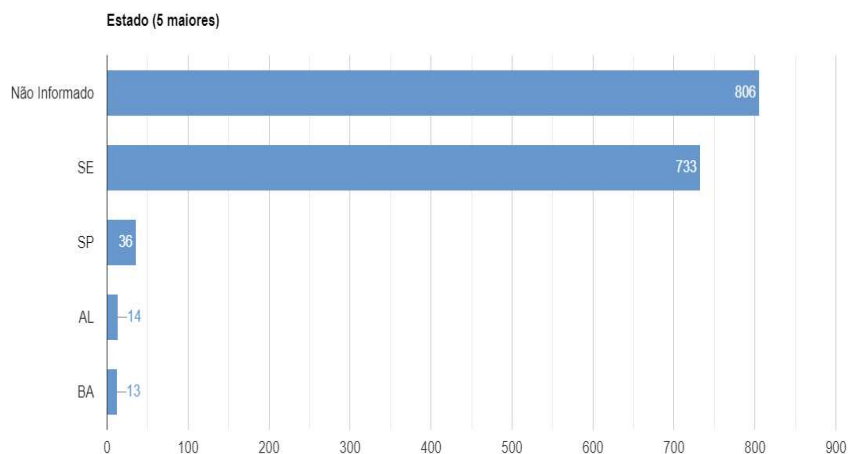


Gráfico 11 – Por Tema (5 temas mais Demandados)

O **gráfico 11** revela os temas mais apontados pelos usuários. Observa-se que a opção **Outros** destaca-se com um quantitativo superior aos demais, pois no sistema não existe a obrigatoriedade do preenchimento do ‘Tema’, atendendo orientação do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE.

A opção **Outros** aparece com **451** manifestações dos mais variados temas. Seguido pelo tema: Centro de Especialidades – Consultas Internas na sede do IPES (IPESAÚDE), com **98** manifestações. Com **98** manifestações aparece o tema: Perícia (IPESAÚDE), com **58** registros aparece o tema: Cadastro (IPESAÚDE), e com **53** manifestações aparece o (HUSE) com o tem: Atendimentos de Enfermagem.

2.6 POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO PODER EXECUTIVO

Por meio do Decreto Estadual nº 41.006, de 05 de outubro de 2021, foi instituída a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais do Poder Executivo, que dispõe sobre o conjunto de diretrizes, projetos, ações e metas estratégicas, para a adequação dos atos de tratamento de dados pessoais realizados no âmbito da administração pública estadual direta e indireta do Poder Executivo Estadual, ressalvadas as entidades de direito privado que atuam em regime concorrencial, em conformidade com a Lei (Federal) nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais –LGPD.

Durante os meses de julho à setembro foram realizadas orientações aos órgãos e entidades da administração pública Estadual em relação ao tratamento de dados pessoais, em especial aos eventos “A Política Pública de Governança em Privacidade” e “ Padronização das Publicações dos Atos Institucionais”, realizados em parceria com a Procuradoria-Geral do Estado.





Além disso, é realizado o monitoramento contínuo da designação dos encarregados setoriais e comitês executivos da Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais.

2.7 AVALIAÇÃO DO “PROGRAMA DE INTEGRIDADE”

Por meio do Decreto Estadual nº 41.008, de 06 de outubro de 2021, foi regulamentada a Lei nº. 8.866/2021, que instituiu a obrigatoriedade de instituição de “Programa de Integridade” nas Empresas que contratem com a Administração Pública do Estado de Sergipe.

O Decreto Estadual nº 41.008/2021, atribuiu a SETC a competência para avaliar os Programas de Integridade apresentados, bem como regulamentar os procedimentos e diretrizes de avaliação.

Nesse sentido, no dia 06 de janeiro de 2022, a SETC publicou a Portaria nº 001/2022 que dispõe sobre os procedimentos e diretrizes de avaliação quanto à aplicação e efetividade do “Programa de Integridade” das pessoas jurídicas que contratem com a Administração Pública do Estado de Sergipe.

Entre os meses de julho, agosto e setembro chegaram na SETC 10 (dez) processos para avaliação do Programa de Integridade, neste mesmo período foram exarados 19 (dezenove) Despachos, 07 (sete) Notificações, 15 (quinze) Relatórios Preliminares de Avaliação dos

Programas de Integridade, 09 (nove) Relatórios Circunstanciados e 16 (dezesesseis) Certificados de Avaliação de Programa de Integridade.

Além disso, a SETC tem intensificado a orientação sobre a implantação de Programa de Integridade com as empresas que contratam com o Poder Executivo do Estado de Sergipe.

3. GESTÃO DA SETC

3.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

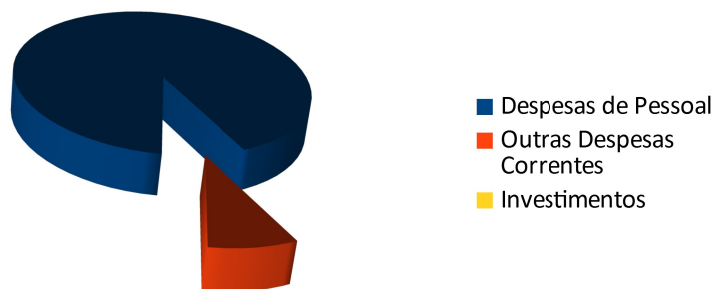
Para o exercício 2023, a Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 9.155, de 07 de janeiro de 2023, fixou as despesas para Secretaria de Estado da Transparência e Controle, no montante de R\$ 4.000.000,00, assim distribuídos:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

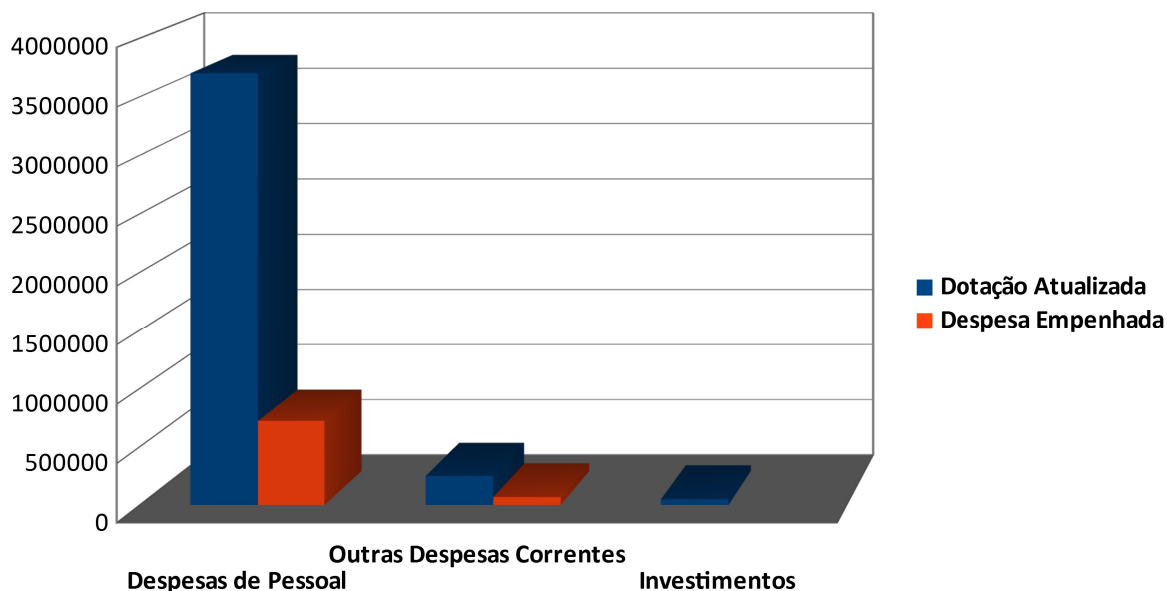
Quanto aos créditos adicionais, no terceiro trimestre não houve suplementação e anulação de créditos.

Durante o período de 1º de julho a 30 de setembro de 2023, as despesas orçamentárias empenhadas pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle alcançaram o valor de R\$ 789.523,44 (setecentos e oitenta e nove mil e quinhentos e vinte e três reais e quarenta e quatro centavos), que corresponde a aproximadamente 19,98% da Dotação Orçamentária atualizada e estão demonstradas no gráfico a seguir:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

A relação entre a Dotação Orçamentária Atualizada e a Despesa Empenhada está configurada no gráfico abaixo:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

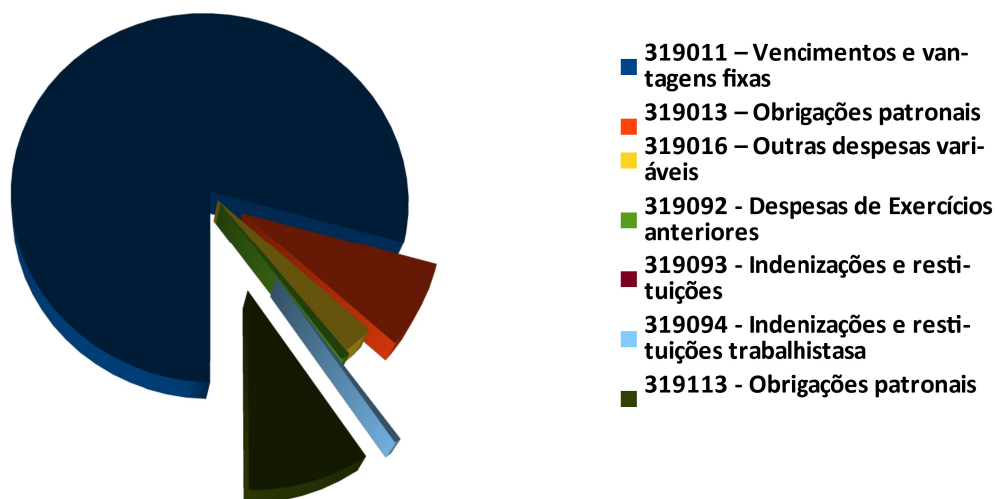
3.2 PESSOAL E ENCARGOS

O quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Transparência e Controle é composto por 28 servidores, cuja distribuição está demonstrada na estatística de evolução do gráfico a seguir:



Fonte: RH/SETC

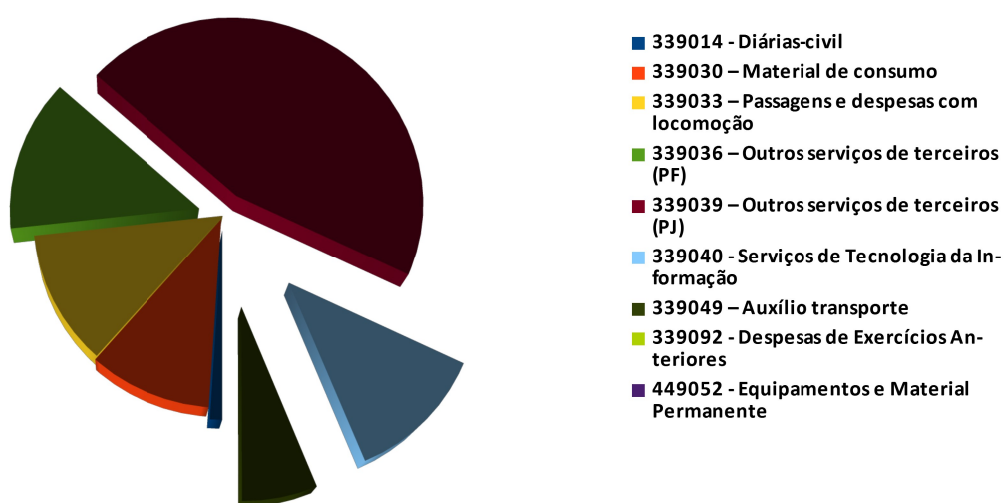
A despesa empenhada com pessoal da Secretaria de Estado da Transparência e Controle, durante o terceiro trimestre, alcançou o montante de R\$ 1.802.552,35 (um milhão e oitocentos e dois mil e quinhentos e cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos), que corresponde a aproximadamente 48,71% da Dotação Orçamentária total atualizada e está consignado nos elementos de despesas demonstrados no gráfico abaixo:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

3.3 OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO/INVESTIMENTOS

Além disso, no âmbito do custeio desta Casa de Controle Interno, durante o período de julho a setembro de 2023, alcançou o montante de R\$ 67.825,18 (sessenta e sete mil e oitocentos e vinte e cinco reais e dezoito centavos), que corresponde a aproximadamente 1,69% da dotação orçamentária total atualizada, conforme demonstrados no gráfico a seguir, que confirma o momento de contenção de despesa da Administração Estadual:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

3.4 TRANSPARÊNCIA E MODERNIZAÇÃO

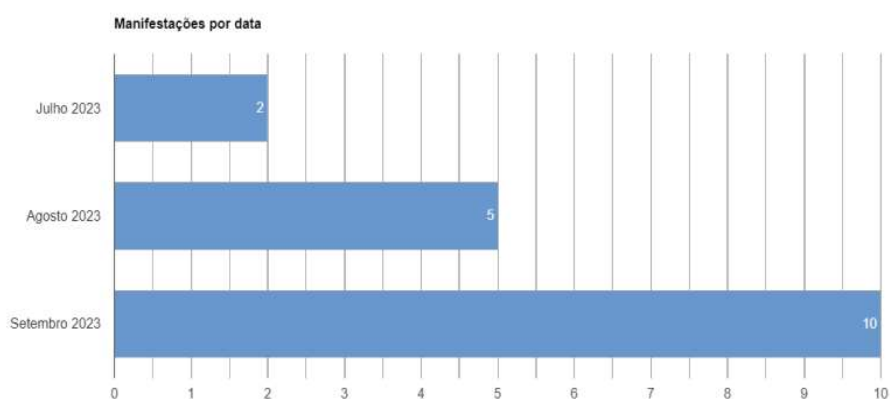
Compete ao Núcleo de Transparência e Modernização - NTM planejar, executar, acompanhar e propor soluções modernas na área de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado da Transparência e Controle, nas seguintes áreas: Área de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas, Área de Suporte e Infraestrutura e Área de Avaliação e Monitoramento de Portais.

3.5 OUVIDORIA SETORIAL

No terceiro trimestre de 2023, foram realizados 17 (dezessete) atendimentos através do portal <http://ouvidoria.se.gov.br/>, utilizando o sistema SE-ouv, ferramenta de comunicação oficial para o recebimento das manifestações de ouvidoria e dos pedidos de Acesso à Informação/LAI, demandados pelos cidadãos de forma ágil, transparente e eficaz, demonstrados nos quadros a seguir:

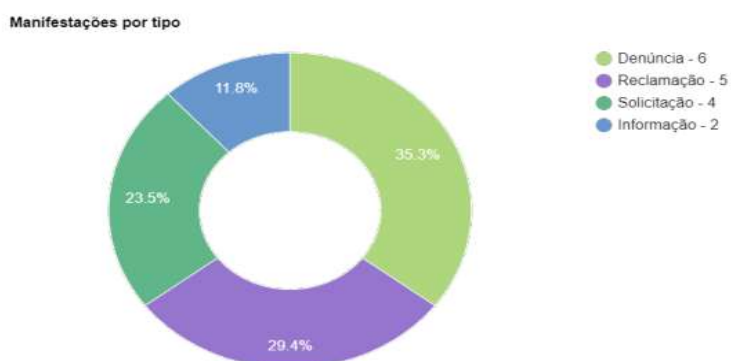
Acesso à Informação Pública - Transparência Passiva

Relatório de Ouvidoria
SETC - Julho a Setembro de 2023



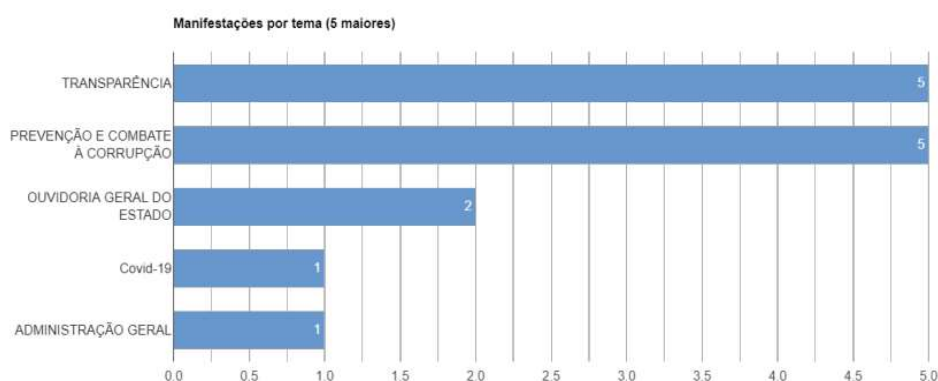
Acesso à Informação Pública - Transparência Passiva

Relatório de Ouvidoria
SETC - Julho a Setembro de 2023



Acesso à Informação Pública - Transparência Passiva

Relatório de Ouvidoria
SETC - Julho a Setembro de 2023



3.5 PROFISCO II

O Estado de Sergipe e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) assinaram o Contrato de Empréstimo nº 5411/OC-BR, visando o financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Sergipe – PROFISCO II/SE, sendo este executado pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. O PROFISCO II/SE, passou a fazer parte do Programa de Modernização da Gestão Fiscal no Brasil, Convênio de Linha de Crédito Condicional para projetos de Investimentos (CCLIP) nº BR-X-1039, que tem por objetivo contribuir para a sustentabilidade fiscal por meio da modernização da gestão fiscal por meio de seus 3 componentes.

A SETC participa do PROFISCO II/SE sendo responsável por 2 subprodutos, a saber:

Componente 1. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal. Melhorar o desempenho da governança, contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento, monitoramento e

avaliação dos resultados; a mitigação dos riscos fiscais; o fortalecimento dos mecanismos de transparência e melhoria da prestação de serviços.

Produto 1 - Modelo de Governança Pública Implantado. **S03 – Sistemática de Controle Interno Implantada.**

Produto 5 – Modelo de Transparência e Cidadania Fiscal Implantado. **S01 – Portal da Transparência Estadual Implantado.**

3.6 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A SETC participa do Planejamento Estratégico do Governo para promover a excelência na prestação dos serviços públicos, fortalecer o planejamento governamental e inovar na gestão, com foco em transformação digital, valorização do servidor e produção de resultados à sociedade.

Desse modo, ampliando o protagonismo do cidadão, aperfeiçoando os mecanismos de participação e controle social e fortalecendo a articulação com os municípios e as relações institucionais.

Tendo como objetivo geral a implantação do Programa de Integridade e Compliance do Estado e fomentar o Controle Social através dos mecanismos de transparência.

O Projeto P.93 . Promoção de Transparência e Integridade, possui 10 metas que terão entregas no ano 2023, 2024, 2025 e 2026.

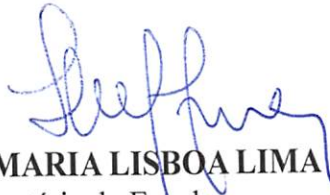
Em síntese, o relatório se propôs a demonstrar as atividades finalísticas realizadas pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC, em cumprimento às competências legalmente atribuídas.

Aracaju/SE, 27 de outubro de 2023.



SHEILA FEITOSA MACEDO
Superintendente Executiva

1. Ciente, em 27 de outubro de 2023.
2. Autorizo a remessa deste Relatório Trimestral ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, para fins de atendimento às disposições das Resoluções nº. 206/2001, atualizada pela Resolução nº 226/2004, e nº. 306/2017.



SILVANA MARIA LISBOA LIMA
Secretária de Estado